

# RN

# econômico

revista mensal

Ano 11 — N.º 24 — Abril/71 — Cr\$ 3,00

DELEGACIA DE ESTATISTICA NO RIO G. NORTE  
— FUNDAÇÃO IBGE

NÚMERO DE ASSINANTE  
VENDA PROIBIDA

## OS INCENTIVOS À AGROPECUÁRIA

I. S. G. E. DELEST - RN  
S. D. D.  
BIBLIOTECA  
"M. A. FREIXEIRA DE FREITAS"



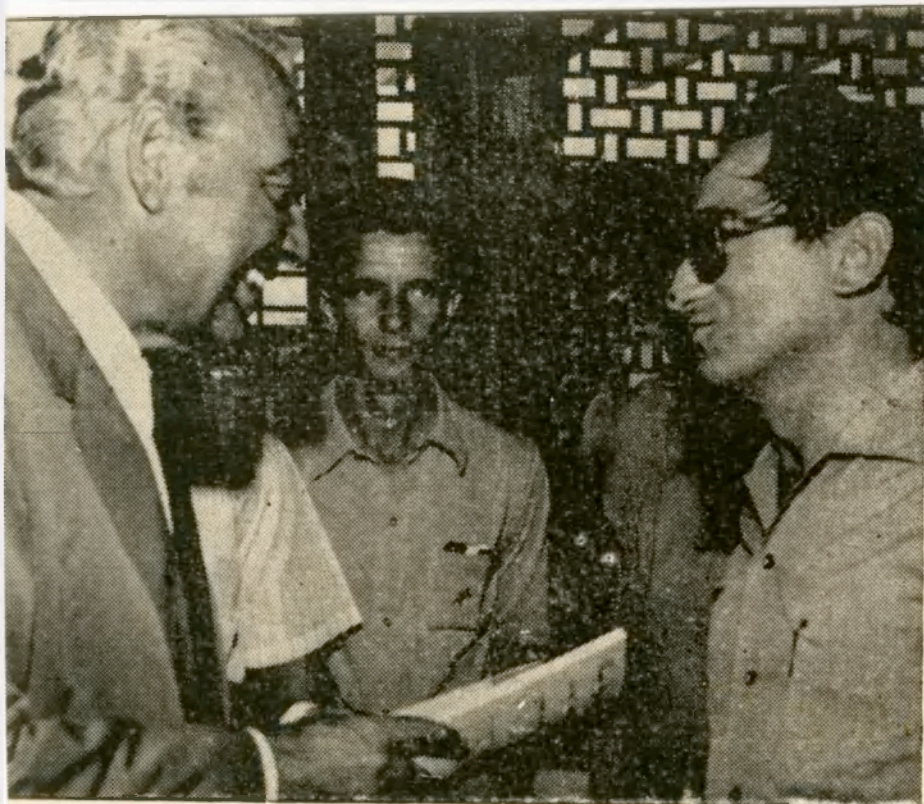
402

# Opiniões

usiados, falando das nossas possibilidades, das nossas reservas minerais adormecidas no sub-solo, exaltando a qualidade da nossa produção agrícola, o incremento da nossa nascente industrialização. É bonito esse pioneirismo, essa persistência no sentido de mostrar que o Rio Grande do Norte também está entrando no ritmo do Brasil Grande. Tanto mais porque se sente que estão sendo mostrados detalhes de grande importância, que sempre tinham passado despercebidos se até à própria classe empresarial, muito mais ao público em geral. É uma revista que todos deveriam apoiar.

**BRENO DORNELES PAIM — Gerente da VARIG em Natal** — Muito boa a revista, a cada novo número melhorando sempre. A maneira de enfocar os assuntos, discutindo-os ou expondo-os, criticando-os ou analisando as suas implicações, é a melhor coisa que ela possui. Sem deixar de reconhecer também a apresentação gráfica, a distribuição das matérias, que é muito boa.

**FERNANDO PAIVA — Administrador Geral da APERN — Associação de Poupança e Empréstimos Riograndense do Norte** — É uma revista atual moderna, que tem procurado promover aquilo que, efetivamente, temos de melhor. Sua mensagem tem sido bem compreendida, sua finalidade é bem intencionada e prova disto é a sua ascensão e o apoio que lhe está sendo dado. Novos empreendimentos estão surgindo diariamente na capital e no Estado e tudo isto precisa ser mostrado. RN-ECONÔMICO se propõe justamente a essa tarefa, e o faz da melhor maneira. É uma revista que se interessa por aquilo que é nosso e esta é sem dúvida a sua maior virtude.



## ANDREAZZA LÊ O RN

**Marcelo Fernandes**, diretor-administrativo de **RN-ECONÔMICO**, aproveitou a recente visita do **Ministro Mário Andreazza** ao Rio Grande do Norte (por ocasião da inauguração da BR-227), e lhe fez entrega de um exemplar da nossa revista. O **Ministro dos Transportes** informou-o de que já havia lido outros números de **RN-ECONÔMICO**, onde pôde encontrar matérias de grande interesse para o setor que dirige no **Governo Federal**.

**DR. CARLOS ALBERTO LEOPOLDO DA CÂMARA — Diretor-Técnico da Salina São Paulo, do grupo Matarazzo** — "Acho importante haver uma revista que se preocupa única e exclusivamente com os problemas do Rio Grande do Norte. Nosso Estado é um dos quais pouco se ouve falar lá fóra, por força de sua aparente pobreza, um "pobre Estado rico" de riquezas inexploradas; e é interessante se ver um grupo de jornalistas en-

**EDITORA**  
**RN-ECONÔMICO**  
**LIMITADA**

Avenida Rio Branco, 533 - 1.º andar - Salas 15 e 16  
Edifício São Miguel — Natal (RN)  
C. G. C. M. F. N.º 08423279

**Diretor de Redação**  
**Marcos Aurélio de Sá**

**Diretor Administrativo**  
**Marcelo Fernandes**

**Diretor Comercial**  
**Cassiano Arruda Câmara**

**Redator-Chefe**  
**Hélio Cavalcanti**

**Redatores:**

**Albimar Furtado**  
**Alcimar de Almeida**  
**Sebastião Carvalho**

**Departamento Fotográfico**

**Jaeci Emerenciano**

**Colaboradores:**

**Benivaldo Azevedo, Cortez Pereira, Dalton Melo, Edgar Montenegro, Eider Furtado, Fernando Paiva, Francisco Canindé Queiroz, Geraldo Guedes, Hélio Araújo, Hênio Melo, Joanilson de Paula Rego, João Batista Cas-**

**cudo Rodrigues, João Wilson Mendes Melo, Jomar Alecrim, José Cavalcanti Melo, Leonardo Bezerra, Mário Moacyr Pôrto, Moacyr Duarte, Ney Lopes de Souza, Nivaldo Monte (Dom), Otto de Brito Guerra, Reginaldo Teófilo, Severino de Brito, Ubiratan Galvão, Walfredo Gurgel (Monsenhor).**

RN-ECONÔMICO, revista especializada em assuntos econômicos, financeiros e políticos, é de propriedade da **Editôra RN-Econômico Ltda.** — Avenida Rio Branco, 533 — 1.º andar, salas 15 e 16 Edifício São Miguel — Natal (RN) e impressa na **Tipografia Relâmpago**, Av. Rio Branco, 265 — Natal (RN) — Preço do exemplar: Cr\$ 3,00 — Números atrasados: Cr\$ 3,50 — Preço da Assinatura Anual no Estado: Cr\$ 30,00 — para outros Estados: Cr\$ 40,00.

# Notas do Redator

As boas perspectivas voltam a comandar os destinos da agropecuária do Rio Grande do Norte. Dois fatores decisivos justificam essa realidade: as chuvas que estão molhando o nosso solo e os incentivos que os Governos Federal e Estadual prometem ao homem do campo, principalmente pela mensagem "plante que o Governo garante", pela Resolução 175 e pela insistência com que o Governador Cortez Pereira assegura prioridade para o setor primário da nossa economia.

Para mostrar aos leitores, em dados concretos, o panorama atual da agropecuária potiguar, o nosso repórter Albimar Furta-do pesquisou um mês inteiro, ouviu autoridades, consultou elementos técnicos e estatísticos, e, por fim, escreveu uma série de reportagens que começa na página quatro e vai até a nove.

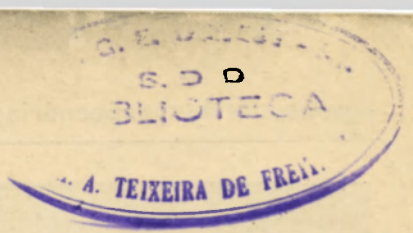
Nosso minério também está em evidência, com a classificação do Rio Grande do Norte em quinto lugar entre os Estados brasileiros, na produção mineral. Sebastião Carvalho, nosso mais experimentado redator, diz o que somos na atividade minerária, depois de ouvir empresários e geólogos. E não esquece de falar sobre o que nos aguarda o futuro.

Volta às nossas páginas a coluna "Homens e Empresas", com as informações mais quentes do nosso mundo empresarial. Também voltam as sessões "Agenda do Empresário" e "Fatos que valem notícia", sendo que esta última será, a partir de agora, dedicada à análise do que noticiaram os jornais do Estado durante o mês que passou. Por sua vez, a coluna "Direito Fiscal" foi ampliada. Passa a ser, a partir deste número, "Direito Fiscal e Trabalhista", contando com a colaboração de Ney Lopes de Souza e Epitácio L.A. de Andrade.

Finalmente, a melhor reforma: RN-ECONÔMICO passará a circular, agora, nos primeiros dias de cada mês, sempre com maior volume de páginas, melhor feição gráfica e maior número de reportagens, artigos, entrevistas, sessões e, ainda, embalada em saco plástico.

Boa Leitura.

# Sumário



## Reportagens

Geraldo Bezerra diz o que a seca de 70 causou ao RN e ensina fórmulas de recuperação .....	4
Estudos da CEPA revelam os nossos pontos fracos .....	5
O que a agropecuária do RN tem conseguido da Sudene .....	7
O que significa "Plante que o Governo Garante" para a economia do RN .....	8
O Governo de Cortez e o desenvolvimento agro-industrial e pecuário do RN .....	9
O BANDERN cresceu mil por cento em cinco anos .....	19
Braga anuncia reformas na Secretaria das Finanças ...	23
O que falta fazer para transformar em riqueza os minérios do RN .....	26
Edgar Dantas: "Em mineração, nossa principal dificuldade é o risco" .....	28
A guerra fria da indústria de sorvetes .....	30
Mudou sistema de aplicação nos artigos 34/18: eis a nova forma .....	36
Falta pouco: quem quiser telefone, terá .....	37

## Seções

Opiniões .....	2
Notas do Redator .....	3
Homens & Empresas .....	10
Agenda do Empresário .....	14
Direito Fiscal e Trabalhista .....	18
Fatos que valeram notícia .....	38

## Artigo

A poluição da água de Natal (Eng. Hélio Araujo) .....	16
---	----

## Balancos

Potengí — Indústria Agro Pecuária S/A .....	12
Fazendas Poço Verde S/A .....	17
Itapetinga Agro Industrial S/A .....	24
BANCOFERN .....	32
Indústrias JOSSAN S/A .....	(páginas encartadas)

SENHOR LEITOR:

N.º .....

Durante quase um ano, enfrentamos o aumento dos nossos custos (preço de papel, salários, aluguel, serviços gráficos e redacionais) sem elevar os nossos preços de assinaturas nem de números avulsos. No entanto, com a recente majoração das tarifas postais, foi impossível enfrentar ao estilo antigo o novo aumento de custos. De forma que renovamos, a partir da presente edição, a nossa tabela de preços, que passará a ser a seguinte:

Assinatura anual para o Estado .....	Cr\$ 30,00
Assinatura anual para outros Estados ..	Cr\$ 40,00
Preço do exemplar avulso .....	Cr\$ 3,00
Número atrasado .....	Cr\$ 3,50

OS DIRETORES



encara dificuldades. Vem promovendo um trabalho contínuo e estruturado em suas Metas e Bases para o desenvolvimento, visando dar à região uma infraestrutura de irrigação capaz de oferecer suporte racional ao estabelecimento de uma política de amparo ao setor primário de nossas atividades".

#### NO ESTADO

No Rio Grande do Norte os trabalhos recomendados pelo Ministério do Interior e implantados em terras do Ceará Mirim, mesmo considerando um pouco de ausência promocional do trabalho, encontram-se em fase adiantada e perseguindo a meta de, dentro de um período mais ou menos breve, mobilizar mais de três mil hectares que serão irrigados por aspersão, em sua primeira fase.

Alargando os serviços nêsse setor, a SUDENE continua seus trabalhos específicos e preliminares visando alocar, em breve, novas unidades que mobilizem êsses recursos e ofereçam ao homem da terra, condições físicas, sociais e econômicas capazes de fixá-lo à terra sem a preocupação de estiagem que possa vir. "Este é um trabalho de primor-

dial importância, já faz parte dos programas indicados pela estratégia de Política Agrícola do Governo Cortez Pereira.

#### RETOMADA DA NORMALIDADE

O problema da volta da normalidade do setor agropecuario, após a estiagem de 1970, é colocado pelo agrônomo Geraldo Bezerra, Secretário da Agricultura, da seguinte maneira: Os efeitos negativos que uma seca acarreta para a economia de uma região são profundos, especialmente quando as atividades agrícolas são de ciclo curto e ficam inteiramente expostas à ausência das chuvas na entre-safra. Já nas atividades de ciclo longo — o algodão arbóreo, por exemplo —, a recuperação não se faz demorada, notadamente quando o suporte creditício se faz presente no ano seguinte ao fenômeno, amparando a economia enfraquecida do homem produtor que emerge de uma seca. Exemplo disso, se tem através da produção do algodão em rama em quatro anos inclusive um de grande seca:

ANO	QUILOS
1957	94.826.000
1958 (Ano seco)	33.287.000
1959	95.612.000
1960	119.793.000

Houve, portanto, em 1959, uma recuperação satisfatória da produção sacrificada de 1958. "Sabemos sim, que houve incorporação de novas áreas", diz o agrônomo Geraldo Bezerra, "mas, queremos apenas mostrar o que pode ocorrer depois de uma seca quando os fatores climatológicos voltam à normalidade".

No caso da pecuária, entretanto, não se repete a situação: os rebanhos são altamente vulneráveis diante das estiagens, especialmente quando desprotegidos de infra-estruturas de manutenção de pastagens. Em muitos casos são necessários alguns anos para o retorno à regularidade do criatório. Na situação atual, talvez essa normalidade exija um período de três a quatro anos.

Diante dessas dificuldades o Secretário da Agricultura defende a necessidade de uma política de infra-estrutura para a mobilização do potencial hidrológico do Estado, visando atenuar, ou mesmo eliminar, os efeitos catastróficos, através da irrigação.

## Estudos da CEPA revelam os nossos pontos fracos

Um retrato real e completo da situação agropecuária do Rio Grande do Norte está contido num volumoso levantamento feito pela CEPA RN (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola). Dêle, consta, além de um diagnóstico da situação, a estratégia que deve ser montada para diminuir os efeitos negativos que hoje emperram o principal setor da economia estadual.

O estudo da agropecuária do Estado revela uma série de estrangulamentos existentes no setor. Dentre êles se pode tirar algumas conclusões básicas, enumeradas pelo coordenador da CEPA, o engenheiro agrônomo Antônio Ronaldo Fernandes: 1º) É que a quase totalidade da nos-

sa agropecuária é tremendamente vulnerável aos fenômenos climáticos, se constituindo, pois, numa atividade cheia de riscos.

2º) O processo de comercialização nos moldes atuais cheios de distorções, contribui para diminuir a renda do produtor oferecendo grandes margens de comercialização ao intermediário, chegando os preços bastante elevados ao consumidor. Uma terceira a última conclusão se relaciona com a baixa produtividade das atividades agropecuárias. Segundo foi constatado, tôdas as nossas culturas, ao longo de uma série estatística de 11 anos, apresentam rendimentos decrescentes.

#### TRÊS POLÍTICAS BÁSICAS

Partindo dessas três grandes realidades, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola elaborou um plano agropecuario para o Estado, em que procura montar uma estratégia capaz de diminuir e/ou superar essa situação, preconizando três políticas básicas:

**Política de incorporação de áreas úmidas e/ou irrigáveis ao processo produtivo:** — O fundamento dessa política, segundo o agrônomo Antônio Ronaldo Fernandes, é incorporar um conjunto de recursos naturais existentes no Estado e atualmente subutilizados. Dessa política são derivados quatro programas bási-



# 'APAREÇA. COMPRE. E "APAREÇA".

Venha ver de perto o Karmann Ghia TC.  
Olhe bem pra êle.  
Ah, que vontade de entrar!  
Vamos, abra a porta, sente-se. V. vai se  
apaixonar pela beleza de seu

interior, pelos bancos macios.  
Ligue o motor 1600, de 65 HP (SAE).  
Quem resiste a uma voltinha?  
Garantimos que antes do fim dessa  
voltinha v. vai entender o "apareça".

**Distribuidora de Automóveis Seridó S/A**

Avenida Senador Salgado Filho, 1669 - Fone 2190

Natal — Rio Grande do Norte



REVENDEDOR  
AUTORIZADO

cos: programa de irrigação; programa de drenagem; programa de açudagem; e programa de perfuração de poços. A execução desses programas contribuirá para criar em determinadas áreas do Estado condições para uma agropecuária pouco ou em nada dependente dos fenômenos climáticos.

São apontadas como áreas com potencialidades de irrigação principalmente os vales do Açu e do Apodí. Para drenagem, os diversos vales úmidos localizados na faixa oriental do Estado. Para açudagem, a zona do cristalino. E para perfuração de poços, a região sedimentar do Estado.

**Política de comercialização;** — Essa política objetiva a racionalização do processo de comercialização visando a renda do

produtor, a captação e melhor aplicação dos excedentes monetários, o normal abastecimento dos mercados e a interferência no comportamento dos preços dos produtos agrícolas. Também essa política fundamenta a execução de alguns programas, entre eles, o de comercialização e distribuição de insumos com base na atuação da COFAN (Companhia de Fomento Agrícola) e na rede de cooperativas. Com relação à COFAN, dentro de dois meses, segundo informou o coordenador da CEPA, estará concluído um estudo de viabilidade de financiamento pela SUDENE e Estado, com vistas à dinamização da empresa, através da instalação de três unidades operativas — Currais Novos, Nova Cruz e Pau dos Ferros — que irão beneficiar 80 municípios.

O segundo programa derivado dessa política é o de crédito rural que dará os mecanismos financeiros para a consecução dos diversos programas. Finalmente, um terceiro programa, muito relacionado com a comercialização e distribuição de insumo, está ligado à distribuição de sementes e mudas.

**Política de Produção e Produtividade.** — Essa última política visa a introdução de tecnologia e melhores métodos de trabalho com vistas ao aumento da produção por unidade de área e melhor rentabilidade das atividades agropecuárias. Três programas básicos foram estabelecidos com relação a essa política: Pesquisa e experimentação; Extensão Rural; e Defesa sanitária animal.

## O que a agropecuária do RN tem conseguido da SUDENE

Até 1969 a SUDENE havia aprovado apenas 13 projetos agropecuários para o Rio Grande do Norte. Mas, já o ano passado, esse número experimentou um aumento para outros sete novos, totalizando agora 20 projetos. Mesmo assim, ainda se sente a falta de agricultores com mentalidade empresarial, uma das causas maiores da caminhada cansada que leva a agricultura do Estado.

Desses 20 projetos, aprovados com um investimento total de Cr\$ 73.922.063,00, sendo a participação dos artigos 34/18 da ordem de Cr\$ 51.472.699,00, dois já estão em fase final de implantação, três em fase adiantada, quatro com captação paralisada e os demais ainda em fase inicial.

### RETRAIAMENTO

Na verdade, é difícil encontrar pessoas dentro do setor agropecuário com vocação empresarial, talvez até mesmo consequência de uma série de estrangulamentos que limitam bastante a dinamização do setor, dentre eles a dependência total aos fenômenos climáticos. Uma investida nesse sentido poderá mesmo significar uma aventura à espera da sorte.

Há, entretanto, uma nova perspectiva para o setor agropecuário de vez que, ultimamente, tem se falado muito do aproveitamento de áreas úmidas ou irrigáveis que serão incorporadas ao processo produtivo estadual. É mesmo possível que, com a implantação de algumas políticas que estão sendo anunciadas, visando o campo, possa se conseguir, em determinadas áreas, uma agricultura totalmente independente, evitando que o agricultor deixe de esperar, exclusivamente, pelas chuvas. A irrigação, perfuração de poços e construção de novos açudes são planos básicos para a execução desses programas.

### PROJETOS DUPLICARÃO

Talvez incentivados por uma série de benefícios anunciados,

há um otimismo crescente e, no escritório da SUDENE/Natal já existem 32 cartas consultas aprovadas. Destas, pelo menos vinte terão condições de entrar como projetos no decorrer deste ano. Há possibilidades, portanto, do número ser dobrado em apenas um ano.

Quantas cartas consultas suportaria a agropecuária do Rio Grande do Norte? É difícil ser feita uma previsão e a resposta mais acertada seria: uma infinidade. O mercado consumidor é vasto e, para demonstrar sua capacidade, há um levantamento feito pelo Banco do Nordeste do Brasil revelando um deficit alimentar de 500 mil toneladas de carne na região. O total das cartas consultas ficaria, portanto, na dependência da capacidade empresarial dos agropecuaristas.

### BALANÇO GERAL

Projetos	Investimento Total	Participação dos arts. 34/18
1964	1.307.867,00	980.902,00
1967	8.254.046,00	5.771.172,00
1968	4.853.123,00	3.525.790,00
1969	18.396.300,00	13.688.085,00
1970	41.110.727,00	27.506.750,00
	<b>73.922.063,00</b>	<b>51.472.699,00</b>

# O que significa "plante que o Governo garante" para a economia do RN

Uma forte campanha publicitária tendo como mensagem central o slogan "Plante que o Governo garante" está sendo dirigida desde o início deste mês, a todos os nordestinos. Seu objetivo: levar ao agropecuaristas o conhecimento inicial da política adotada pelo Governo visando a recuperação da agropecuária da região. Para o conhecimento mais detalhado do programa, disciplinado através da Resolução 175 a campanha manda que se procure um dos órgãos autorizados: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco de Crédito Cooperativo (financiadores) e Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura e ANCAI (executores).

Apesar de toda a esquematização elaborada para o início do programa, consequência de uma série de reuniões com representantes de todos os órgãos já habilitados a entrar em ação, e da publicidade intensiva que vem sendo promovida, os agricultores, talvez por uma inibição natural ou por aguardar uma definição do inverno, ainda não procuraram os benefícios oferecidos pela Resolução. Nem mesmo as explicações detalhadas sobre o programa.

## AS VANTAGENS

O crédito especial para a recuperação da agropecuária nordestina é destinado a pequenos e médios produtores rurais cuja estimativa de produção anual não seja superior a 100 e 1.000 vezes o maior salário mínimo do país, respectivamente. Os produtores, cujo volume anual de produção esteja acima dessa limitação, poderão obter financiamento para o plantio de algodão e

investimentos específicos de adubagem e obras de irrigação.

Os juros cobrados do financiamento serão de 7% ao ano, debitados semestralmente e exigíveis nas épocas em que disponham de rendimentos. Haverá uma complementação de 5% pagos pelo Governo Federal a título de incentivo. Normalmente, na política de crédito anterior, os juros totais cobrados ao agricultor eram de 12%, além de 6% de acessórios e mais despesas relacionadas com transportes e cartório.

Os prazos de pagamentos serão variáveis, de acordo com a natureza do empréstimo. Nos casos de investimento, excetuando o algodão, será de oito anos, com três de carência. Nos casos de empréstimos para recuperação e/ou formação de lavouras de algodão arbóreo, o prazo será de até cinco anos, com a carência aproximada de um ano,

iniciando-se os pagamentos na segunda colheita. Nos casos de culturas de menor duração produtiva, o prazo será o do respectivo ciclo vegetativo.

## O QUE SERÁ FINANCIADO

De acordo com a Resolução 175, há uma série de itens sobre os financiamentos, entre eles: formação e/ou recuperação de lavouras permanentes ou de ciclo vegetativo longo, notadamente de algodão arbóreo; plantio de árvores frutíferas, principalmente, cajú, citricos, maracujá e côco-da-Bahia; construção e conservação de açudes e aguadas, compreendendo o levantamento de barragens, abertura de canais, instalação e perfuração de poços, cacimbas, tanques, barreiros e bebedouros; formação e restauração de pastagens e de culturas forrageiras, especialmente as arbóreas (palma forrageira, algaroba, etc).



Incentivos para a cultura do algodão mocó



Outras obras financiáveis: execução da benfeitorias que tenham influência direta na melhoria da produtividade dos rebanhos (construção de cercas visando ao pastoreio rotativo de currais, estábulos, banheiros de profilaxia, silos aéreos e de trincheira etc); obras e serviços de recuperação de terras e de conservação de solo (adubação intensiva, colagem, preparação de curvas de nível e drenagem); aquisição de sementes, adubos, máquinas agrícolas e ferramentas, arame para cercas, rações para animais.

#### ESFORÇO CONJUNTO

A política adotada pelo Governo Federal está propensa, realmente, à recuperação da agropecuária regional. São incentivos que visam criar uma infra-estrutura nas propriedades rurais, capaz de arrancá-las de um estágio deficitário para uma economia positiva através de uma exploração racional. Na opinião do Secretário Estadual da Agricultura, agrônomo Geraldo Bezerra de Souza, se contarmos com um inverno normal nos anos que se seguirão, dentro de mais três anos esses incentivos promove-

rão um aumento de produção capaz de duplicar o maior volume atingido até hoje, ou seja, 34 milhões de quilos, em 1962.

No Rio Grande do Norte, esse programa coordenado pelo CREAGRE (Conselho Estadual da Agricultura), será executada por todos os órgãos com atividade agropecuária no Estado. Há, realmente, uma total integração e uma conscientização visando a aplicação desses incentivos dados pelo Governo Federal, através de estabelecimentos de créditos, por parte dos técnicos que trabalham no setor agrônomo.

## O Governo Cortez Pereira e o desenvolvimento agro industrial e pecuário do RN

O Rio Grande do Norte poderá ter o seu Plano de Desenvolvimento Agro-industrial e Pecuário. Esteve em Natal, no fim do mês de março o Dr. Jaime Rotstein, Diretor Presidente da Sondotécnica, que apresentou ao Governador Cortez Pereira e Secretários de Estado, os resultados práticos de um projeto executado no Sudoeste do Rio Grande do Sul, região considerada a menos desenvolvida do sul do Brasil.

O Dr. Jaime Rotstein explica o projeto como "uma contribuição ao desejo do Governador Cortez Pereira de levar o Estado do Rio Grande do Norte a um estágio de desenvolvimento adequado, queimando etapas para elevar a renda per capita. Julgamos que poderíamos trazer uma contribuição técnica capaz de servir de subsídio à concretização das aspirações do Governador, através da implantação de um modelo de desenvolvimento agro-pecuário ajustado a realidade do Rio Grande do Norte que permitisse aumento significativo da produtividade nos dois campos".

Esse projeto ainda está em fase de estudos pela equipe de técnicos do Estado e se concretizado poderá ser desencadeado o mais rápido possível, atingindo um estágio de desenvolvimento dentro de dois anos.

Diz ainda o Dr. Jaime Rotstein que veio trazer algumas idéias, particularmente em relação à problemática do nosso Estado, que é a questão da agropecuária, dos vales úmidos e da agro-indústria, assuntos que vêm sendo estudados com grande profundidade, havendo inclusive a possibilidade de se transformar o Nordeste num centro agro-industrial para a exportação, já que no Brasil o mercado é limitado em termos de agro-indústria, mas o mercado internacional é ilimitado.

#### EXPERIÊNCIA NO SUL

Na explanação ao Governador do Estado, o Dr. Jaime Rotstein declarou que "Chegamos a conclusão num trabalho que estamos em fase de execução franca que o problema agro-pecuário

permite um modelo de desenvolvimento, e, é o modelo que testamos durante três anos no Rio Grande do Sul, na fronteira sudoeste, chamada do Nordeste Gaucho, que inclui 19 municípios, entre os quais o de Alegrete e Uruguaina, com 80 mil quilômetros quadrados de área, e o resultado deste estudo feito pela Sondotécnica, mostra que é possível se implantar um modelo agropecuário de grande rentabilidade com pouco investimento adicional, pouco ou nenhum vale, racionalizando os setores da produção".

Esse mesmo processo poderia ser trazido para o Rio Grande do Norte, com as devidas adaptações dos problemas da nossa agricultura e pecuária, já que antes da execução se estudaria tipos de solo, de produção, problema de irrigação e colonização, aproveitamento dos vales úmidos, problemas de crédito, planejamento a nível de fazenda, problema de mercado, de insumos de serviço, treinamento e demonstrações.

homens

e

EMPRESAS=

Marcos Aurelio de Sá

### Agropecuária

O economista Jomar Alecrim informa que o seu escritório de planejamento — INDUPLAN — acaba de receber da SUDENE respostas para três cartas-consulta para projetos agropecuários, tôdas favoráveis à elaboração de projetos. A primeira carta refere-se à criação de uma empresa agropecuária no município de São Paulo do Potengi, empreendimento que tem à frente o fazendeiro João Marques de Araújo. Os outros dois projetos que a SUDENE considera viáveis são liderados pelos snres. Adauto Rocha (terras situadas em Ceará Mirim e Ielmo Marinho) e Djalma Medeiros (Macaíba), ambos consociados com a cultura do cajueiro e da mandioca. Com as respostas favoráveis da SUDENE, a INDUPLAN iniciará brevemente a elaboração dos três projetos, todos na faixa de investimentos superiores a 2 milhões de cruzeiros.

### Pesca de Lagosta

O cel. Paulo Barreto Viana, um dos mais capacitados executivos da indústria salineira do Rio Grande do Norte, vai enviar para a SUDENE um projeto de pesca de lagosta, em elaboração pela INDUPLAN. O projeto do cel. Paulo Barreto Viana deverá receber investimentos superiores a 3 milhões de cruzeiros e sua indústria de pesca terá como área de exploração o litoral potiguar, no trecho compreendido entre as praias de Tibau do Norte (Grossos) e Tibau do Sul (município do mesmo nome), na qual 20 modernos barcos lagosteiros atuarão. A sede da empresa, cuja razão social será NORPESA, ficará em Areia Branca.



### José Nilson planta caju

O engenheiro José Nilson de Sá, diretor-presidente da Empresa Industrial Técnica S/A, volta-se, agora, entusiasmado, para a agropecuária. Como líder de um grupo que está implantando um projeto agropecuário em Mossoró — MAISA, —, José Nilson pensa mais alto. Ele está consociando a cultura do cajueiro com a pecuária e já plantou mais de 300 mil pés de caju nas suas terras. Sua meta é atingir o número de um milhão de cajueiros, até 1972. Depois disso, implantará uma indústria de beneficiamento de caju e castanha, em Mossoró, e entrará no mercado internacional desse produto, para valer.

### Americano quer ajudar

O Diretor do Centro Internacional de Serviços Executivos, general John A. Brooks, natural dos Estados Unidos, esteve em Natal em fins do mês passado, mantendo contatos com o Governador Cortez Pereira e com diretores de indústrias locais (JOSSAN, ILSASA, J. MOTTA, T. BARRETO, SORIEDEN, SIMAS INDUSTRIAL e com a gerência do Banco do Nordeste, expondo o programa da instituição que dirige. Afirmou o general Brooks que a finalidade do

Centro Internacional de Serviços Executivos é enviar técnicos americanos aposentados para trabalharem em empresas no Exterior, nos setores de mineração, indústria têxtil, agricultura, turismo, metalurgia, indústria alimentícia, etc.

### APERN no canaçu

A Associação de Poupança e Empréstimo Riograndense do Norte — APERN — passará, ainda este mês, a funcionar nas lojas e sobrelojas do Edifício Canaçu, passando a oferecer melhores serviços aos seus 8 mil depositantes. Informa o Administrador Geral da entidade, economista Fernando Paiva, que a APERN deverá, inclusive, elevar o número dos seus funcionários na nova instalação.

### O computador

Por outro lado, ainda é Fernando Paiva quem declara: uma grande parte do equipamento do computador que a APERN adquiriu já foi recebida, diretamente de Bruxelas, por avião. Falta uma pequena quantidade de peças, originárias dos Estados Unidos, para que o cérebro eletrônico da entidade passe a substituir totalmente o sistema de contabilidade em uso. O computador da APERN possui mais de 20 mil posições de memória, sendo, portanto, superior ao que a Universidade/Governo do Estado/CNAE compraram há mais de um ano e ainda não instalaram. O processamento de dados do computador da APERN deverá ser feito pelo economista Ricardo Ivan, que se encontra em Recife, fazendo curso de especialização.

### Resolução 175

O primeiro agricultor do Rio Grande do Norte beneficiado pela Resolução 175 foi João Marques de Araújo, que já realizou um empréstimo agrícola no Banco do Brasil para cultivar algodão mata na sua propriedade em São Paulo do Potengi. João Marques pagará o empréstimo em cinco anos, com juros de 7% ao ano e com um ano de carência.

## *ALEICA recebe visita*

Amâncio Leite Cavalcanti Filho, diretor da ALEICA — maior loja de material de engenharia, desenho e topografia em Natal — informa que recebeu a visita de um agente da S. A. Importadora Suíça, distribuidora exclusiva dos produtos KERN para o Brasil, que aqui esteve no sentido de observar a possibilidade de ampliação dos negócios dessa companhia no Estado. Jorge Cortes, representante da Importadora Suíça permaneceu vários dias em Natal e deverá retornar dentro dos próximos três meses.

## *INPASA em ação*

A INPASA — Indústria de Papéis S/A — já realizou os testes finais para o funcionamento do seu complexo industrial, dia 20 de março último, em solenidade que teve a presença do Governador Cortez Pereira e do Superintendente da SUDENE, general Evaristo de Souza Lima. Depois do sucesso dos testes, João Ferreira de Souza — diretor-presidente do empreendimento — colocou as máquinas em ação e já está iniciando sua produção de papel que em breve atingirá 16 toneladas/dia. Na mesma viagem que fez ao Rio Grande do Norte para ver os testes da INPASA, o Superintendente da SUDENE visitou o maior projeto agropecuário do Estado — Potengi Agroindustrial — dirigido por Antônio Ribeiro.

## *Indústria sem chaminés*

Tanto o Governador Cortez Pereira como o Prefeito Ubiratan Galvão estão confiantes no êxito de uma política de turismo a ser implantada em Natal, com apoio total da EMBRATUR. No último dia 31 de março ao fazer o seu pronunciamento pela passagem do 7º aniversário da Revolução, o Governador deu especial destaque ao programa de turismo que pretende executar, principalmente depois da criação de uma empresa de turismo que terá participação do Estado e do Município. Cortez Pereira quer dinamizar entre nós a indústria sem chaminés.



## *Fernando com Andreazza*

O engenheiro Fernando Bezerra, Diretor do D. E. R. no Governo passado, volta à atividade privada, depois de uma bem sucedida experiência de administração pública. Ele passará a dirigir, juntamente com Luciano Barros, a ECOCIL, hoje uma das maiores empresas de construção civil do Rio Grande do Norte,

responsável pelas construções da DUBOM, JOSSAN, e ALGIMAR, três grandes projetos industriais em fase de implantação. Fernando Bezerra executou à frente do D. E. R., a parte mais elogiada da administração do monsenhor Walfredo Gurgel, que foi a política de transportes. Basta citar uma obra: a nova ponte de Igapó.

## *A doutrina da Revolução*

O Comandante da Guarnição Militar de Natal, general Carlos de Meira Mattos, pronunciou brilhante conferência sobre as realizações e a doutrina da Revolução de 31 de março, perante as mais destacadas autoridades civis e militares do Estado, inclusive o Governador e todo o Secretariado, no auditório do 5º BEC.



## *Guararapes na Bolsa*

As ações das Confecções Guararapes S/A estão fazendo sucesso nas bolsas de valores do Rio e de São Paulo, onde pouco aparecem pois quem as possui dificilmente as vende. Em fins do mês de março, elas atingiram Cr\$ 9,00. Isto se justifica: há muito tempo as Confecções Guararapes estão oferecendo lucro anual superior a 60 por cento. No exercício de 1970, quem tinha 1.000 ações recebeu, em 1971, 500 "filhotes" e mais 12% de dividendos.

## *Experiência nova*

A firma Paiva Irmão, corretora imobiliária, está promovendo uma experiência nova que vale a pena ser imitada: um curso gratuito de venda moderna com duração de 15 dias, ao fim do qual aproveitará os 15 alunos primeiros colocados, com elevados salários.

# Potengi Indústria Agro Pecuária S. A.

## — RELATÓRIO DA DIRETORIA —

### Senhores Acionistas:

Submetemos a vossa apreciação, cumprindo os dispositivos da Lei e dos Estatutos Sociais, o Balanço Geral, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 1970.

Devemos salientar que os esforços até o presente envidados por esta Diretoria, no sentido de satisfatoriamente atingir a fase final de implantação do Projeto, têm sido de maneira constante e porque não dizer obstinada.

Na oportunidade, manifestamos nossos sinceros agradecimentos aos Senhores Acionistas, Clien-

tes, Fornecedores e Bancos com os quais transacionamos, pela valiosa colaboração dispensada.

Aos funcionários, agradecemos o zelo e a eficiência no desempenho de suas respectivas funções.

Ielmo Marinho, 31 de dezembro de 1970.

**Antonio Ribeiro de Andrade**  
Diretor-Presidente

**Ivonete Gadelha de Lára Andrade**  
Diretor-Superintendente

**Domingos Augusto Martins de Lára**  
Diretor-Administrativo

### SOCIEDADE DE CAPITAL AUTORIZADO

C. G. C. M. F. — N. 08.567.497

Capital Autorizado .....	Cr\$	10.000.000,00
Capital Subsc. E Integralizado ....	Cr\$	5.404.589,00
A Subscriver .....	Cr\$	4.593.411,00

### Período de Implantação

### BALANÇO GERAL PROCEDIDO EM 31.12.1970

#### A T I V O

#### IMOBILIZADO

Terrenos, Obras Preliminares e Complementares .....	1.531.504,04	
Formação de Culturas e Pastagens .....	559.399,53	
Edificações Princ. e Secundárias .....	838.921,54	
Instalações .....	500.225,00	
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Nacionais .....	246.873,99	
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Estrangeiros .....	77.134,45	
Veículos .....	101.490,00	
Semoventes .....	6.800,00	
Móveis e Utensílios .....	45.784,04	
Despesas de Implantação .....	1.302.189,40	
Estudos Projetos e Detalhamento .....	197.000,00	
Depósitos e Cauções .....	15,17	
Plantel de Cria .....	394.187,37	5.801.524,53

#### REALIZÁVEL

Almoxarifado .....	246.939,77	
Material Cirúrgico .....	205,80	
Plantel .....	468.920,87	716.066,44

**DISPONÍVEL**

Caixa .....	495,69		
Bancos .....	9.825,69		10.321,38

**VINCULADOS**

Banco do Nordeste do Brasil S/A — Arts. 34/18	365.904,12		
Banco N. Brasil S/A — C/Invest. ....	1.680,69		
Banco do R. G. do Norte S.A. — C/FGTS ....	9.860,94		377.445,75
De transporte .....			6.905.358,10

**RESULTADOS PENDENTES**

Prejuízos Eventuais .....	26.164,18		
Prejuízos de Veículos .....	7.800,00	33.964,18	6.939.322,23
<b>TOTAL DO ATIVO .....</b>			<b>6.939.322,28</b>

**P A S S I V O****NÃO EXIGÍVEL**

Capital Social .....	5.404.589,75		
Fundos, Reservas e Provisões .....	78.867,50	5 483.457,25	

**EXIGÍVEL — LONGO PRAZO**

Rec. Artigo 34/18 — Art. 13/13 .....		1.238.783,00	
--------------------------------------	--	--------------	--

**EXIGÍVEL — CURTO PRAZO**

Duplicatas a Pagar .....	176.688,69		
Empréstimos e Financiamentos .....	40.000,00		
Imposto de Renda a Recolher .....	64,00	210.752,69	6.938.992,94

**RECEITAS FINANCEIRAS**

329,34

**TOTAL DO PASSIVO .....****6.939.322,28**

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço, no valor de Cr\$ 6.939.322,28 (Seis milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentos e vinte e dois cruzeiros e vinte e oito centavos). Ativo e Passivo, que se encontra devidamente copiado em nosso Livro Diário de número 1 (um). Deixamos de apresentar a demonstração da Conta Lucros & Perdas, por se tratar de período de implantação.

Fazenda Umari de São Pedro, 31 de dezembro de 1970.

**Antonio Ribeiro de Andrade**  
Diretor-Presidente

**Ivonete Gadelha de Lára Andrade**  
Diretor-Superintendente

**Dominos Augusto Martins de Lára**  
Diretor-Administrativo

**Waldomiro de Carvalho Dantas**  
Contador — CRC/RN — 573

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da POTENGI INDÚSTRIA AGRO PECUÁRIA S/A., após examinarem detalhadamente o BALANÇO GERAL, encerrado em 31 de Dezembro de 1970, e demais documentos de sua escrituração, são de parecer que os mesmos demonstram fielmente a situação da sociedade, porquanto, são de

parecer que sejam aprovados pela Assembléia Geral Ordinária.

Ielmo Marinho, 31 de Dezembro de 1970.

**Luiz Gonzaga Meira Bezerra**  
**Pedro Câmara de Souza**  
**José Galvão Gondim**



# agenda do empresário

## LIBERAÇÕES DA SUDENE

A SUDENE, através do Escritório de Natal, liberou para o Rio Grande do Norte, recursos 34/18 na importância de Cr\$ 4.460.252,07, beneficiando vinte e quatro empresas potiguaras.

Receberam liberações: Cerâmica Mossoró S/A — Cr\$ 52.057,00; Nilton Pessoa de Paula Agropecuária S/A — Cr\$ 20.499,00; Arizona Agropastoril S/A — Cr\$ 50.572,00; Cajueiro Agropecuário S/A — CAPESA; com duas liberações Cr\$ 8.172,00 e Cr\$ 64.722,00; Companhia Agroindustrial Pirangi — Cr\$ 14.761,00; Fazenda Arvoredo S/A FASA — Cr\$ 24.582,00; Mineração São Severino — Cr\$ 201.314,00; Profarquímica S/A — Cr\$ 60.068,00; Monte Libano Hotéis e Turismo — Cr\$ 885.259,00; Santa Fé Fazendas Reunidas S/A — Cr\$ 28.558,00; S. A. Brasileira de Alimentos — SABRA — Cr\$ 11.017,07; J. Motta Indústria e Comércio S/A — Cr\$ 77.594,00; Salna S/A Indústria e Comércio de Óleos — Cr\$ 96.291,00; INPASA — Indústria de Papéis S/A — Cr\$ 225.000,00; FORTESA — Botões Forte S/A — Cr\$ 15.667,00; T. Barreto Indústria e Comércio S/A — Cr\$ 638.886,00; Companhia Agroindustrial Pirangi — Cr\$ 17.557,00; Medeiros S/A Confeções — Cr\$ 51.280,00; Agropecuária Salto da Onça S/A — Cr\$ 3.661,00; Granja Lawar — Cr\$ 297.181,00; Indústria Jossan — Cr\$ 189.258,00; Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — Cr\$ 69.702,00; Indústria Sitex S/A — Cr\$ 94.683,00; e Salinas Guanabara S/A — Cr\$ 1.361.910,00.

## DIARIO OFICIAL EM SINTESE

Na edição do dia 2 de março o Diário Oficial publicou ata da assembléia geral de Palestina Agro-Pastoril, balanços patrimoniais da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte (TELERN) e das Fazendas Reunidas Vicente Martins S/A e aviso do

BANDERN aos seus acionistas que esta pagando o 109º DIVIDENDO.

NO dia 3 foram publicados: Decreto do Governo nº 4559 que dispõe sobre o pedido e a concessão dos incentivos fiscais pela Lei nº 3.924 de 21 de janeiro de 1971; atas das assembleias Gerais de Wharton Peuroza Armazens Gerais S/A, da Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte (COSERN), Comecções Guararapes, Big Lar Comercial S/A e da Rionorte — Companhia Northeriograndaense de Crédito, Financiamento e Investimento, além do balanço geral da Comecções Sucar S/A.

Dia 4 — atas das assembleias da Sociedade Salineira do Noroeste SUSAL, (também os estatutos sociais) Proiarquímica, SALMAC — Salicutores de Mossoró — Macau S/A, Companhia de Navegação Santos — NASA, Salinas Guanabara S/A, balancete da Cooperativa de Crédito Norte Riograndense Ltda., relatório do Exercício de 1970, do BANDERN. Dia 5 — Atas de Nobrega & Dantas S/A Indústria e Comércio, Banco S. Gurgel S/A, ata e estatutos sociais de Salinas Guanabara S/A e os balanços patrimoniais da Companhia de Águas e Solos — CASOL e Companhia Indústria e Comércio de Óleos S/A — CICOSA.

Dia 9 de março foram publicadas as atas das assembleias da Apodi de Administração e Participação S/A, Terminal Salineiro de Areia Branca S/A — TERSAL, Souto Engenharia Comércio e Indústria S/A. Os estatutos sociais da Apodi de Administração e Participação S/A, da SALMAC — Salicutores de Mossoró — Macau S/A, do Terminal Salineiro de Areia Branca TERSAL. Dia 19 — Ata da assembleia de Marpas S/A Comércio e Representação e Balanços de Santores Comércio S/A e F. Souza — Agro-Pecuária S/A — AGROPEC.

No Diário Oficial de 11 de março foram publicadas as atas das assembleias da Natal Diesel S/A, do Banco do Rio Grande do Norte S/A e de T. Barreto Indústria e Comércio S/A e os balanços da Mineração Tomaz Salustino S. A. e da RIONORTE — Companhia Northeriograndaense de Crédito Financiamento e Investimento. Dia 12 — Balanços da Potengi Indústria Agro-Pecuá-

ria S. A. e do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BANCOFERN. Na edição do dia 15 foram publicados os decretos do Governo do Monsenhor Walfredo Gurgel exonerando todos os Secretários e auxiliares diretos da Administração Estadual.

O pronunciamento de posse do Governador Cortez Pereira, bem como os decretos nomeando Secretários e auxiliares diretos foram publicados na edição do dia 16 de março do D. O. Dia 17 — ata e estatutos da Editora Tribuna do Norte S/A.

Dia 18 — Atas das assembleias gerais de Fazendas Reunidas Vicente Martins S/A, Simas Industrial S/A e Mercantil Martins Irmãos S/A. Dia 19 — Discurso de posse do Prefeito de Natal, engenheiro Ubiratan Galvão, atas das assembleias de Produtos de Pescado S/A — PROPESA, Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte — TELERN, Banco de Mossoró e Algodoeira Mocó Indústria e Comércio S/A. Os acionistas da Cerâmica de Mossoró S/A — CERAMOS e de F. G. Pedroza Indústria e Comércio estão sendo convocados para assembléia geral ordinária, sendo que a da CERAMOS será realizada às 15 horas do dia 20 de abril e a de F. G. Pedroza no dia 20 as 20 horas.

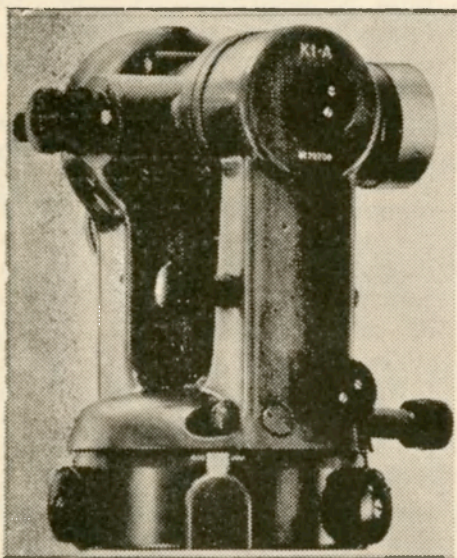
Dia 23 — Balanços de Jessé Freire Agro-Comercial S/A e J. Resende Comércio S/A. Dia 24 — Balanço da Cerâmica de Mossoró S/A — CERAMOS, atas das assembleias gerais de Medeiros S/A Confeções, Companhia de Águas e Solos — CASOL, Companhia Industrial de Material de Construção — CIMAC, balanço e ata do Banco Comércio e Indústria Norte-Riograndense. Dia 25 — Ata da Companhia Pecuária e Agrícola do Nordeste — COPAN.

Dia 26 — Atas de assembleia da FISA — Fazenda Iguatú S/A, Monte Libano Hotéis e Turismo S/A e Refinaria Estrela S/A, Balanços Patrimoniais da Editora Tribuna do Norte S/A, Hassanamim Comércio e Indústria S/A e Indústria Jossan S/A. Dia 27 — Balanço do Terminal de Macau TERMASA ata da assembleia geral de J.R.C. — Companhia de Empreendimentos Rurais e convocação da Assembléia da Companhia Agroindustrial Pirangi às 16 horas do dia 23 de abril.

# Loja ALEICA lidera comércio de materiais de engenharia de desenhos e de fotografias

A ALEICA — loja especializada em materiais de engenharia, desenho topografia e fotografia — vem se equipando tecnicamente no sentido de se tornar uma das mais bem montadas lojas do ramo, no Nordeste. E uma das poucas firmas da região que mantém em estoque toda a linha de revenda e uma série de serviços correlatos, tais como revelações fotográficas, cópias heliográficas (4 máquinas copiadoras) e cópias Xerox (2 máquinas).

O equipamento fotográfico da ALEICA permite que a sua equipe de funcionários possa realizar trabalhos de grande envergadura. Como exemplo disso, coube aos técnicos da ALEICA a tarefa de fotografar, em meados do ano passado, 15 mil homens empregados pela SUDENE/DNOCS nas "frentes de trabalho" espalha-



A Loja ALEICA tem em estoque teodolitos e níveis da marca KERN, internacionalmente conhecida pela sua alta qualidade.

das pelo Interior do Estado, em consequência da seca.

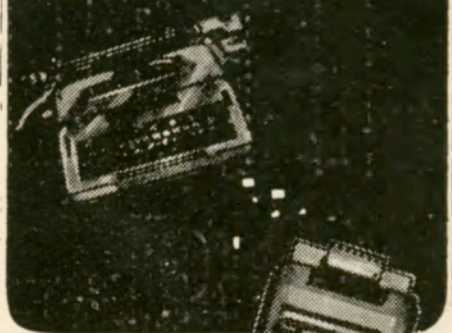
## PIONEIRA

O gerente da ALEICA, sr. Amancio Leite C. Filho informa que acaba de instalar em sua loja da Rua Felipe Camarão, a máquina mais moderna do processo Xerox (a Copiadora Xerox modelo 720), capaz de produzir 12 cópias por minuto, que faz com que as outras máquinas instaladas na cidade pareçam obsoletas. E é ainda o sr. Amancio Leite C. Filho quem justifica o programa de pioneirismo de iniciativas que tem sido uma constante na sua loja: "o que nos interessa é atender bem aos clientes, oferecendo alta qualidade de serviço, o que conseguimos fazer graças ao nosso cuidado técnico e à perfeição de nossas máquinas".

## TOPOGRAFIA

Por outro lado a ALEICA tem em estoque, para entrega imediata, Teodolitos e Níveis da marca KERN, dispondo também de técnico para demonstrações e instruções sobre o uso destes equipamentos. E difícil uma firma nordestina, principalmente em Natal manter em estoque equipamentos deste tipo, de procura limitada e alto custo. Declara mais uma vez o gerente da firma: "Nós os temos e os vendemos a preços competitivos com os de qualquer praça do país. Os equipamentos KERN são conhecidos mundialmente e aplicados pelas maiores empresas de engenharia".

AGORA  
TAMBÉM  
SEU  
ESCRITÓRIO



Oito anos de tradição e uma nova loja: exclusiva para equipamentos de escritório Máquinas de Somar, calcular, contábeis e de escrever OLIVETTI. Móveis para escritório em aço ou madeira, telefones ou poltronas, além de uma completa oficina OLIVETTI

**ep CASA PORCINO**

Rua João Pessoa, 194  
Fone 1957

# A poluição da água de Natal

Hélio Araujo

Engenheiro Sanitarista da CAERN

A poluição do meio ambiente não é um problema novo, tendo sempre existido, mesmo nos tempos primitivos, quando o homem começou a congrega-se em comunidades.

Se nos primórdios da nossa civilização, a poluição poucos danos acarretava, devido, principalmente, à escassa população humana e à sua grande disseminação. Posteriormente, com o surgimento, na nossa época, da crescente expansão demográfica, aliada aos fenômenos da urbanização e industrialização, passou a poluição do meio ambiente a constituir sério perigo para a humanidade, ameaçando, inclusive, extinguir a vida humana em algumas regiões da terra, se não forem adotadas largas medidas para o restabelecimento das forças de auto depuração da natureza.

As Sociedades organizadas, em virtude do crescimento dos despejos e das dificuldades para a sua disposição, com a quebra do equilíbrio natural, procuram estabelecer normas e regulamentos e, já no Código Romano, figuram algumas disposições tendentes a evitar danos à comunidade, regulamentando a quantidade de lixo que cada cidadão podia queimar dentro do prédio.

Em 1273, o Parlamento da Inglaterra legislou sobre o uso de carvão mineral, aprovando uma lei que proibia queimá-lo em Londres, por considerar esta medida prejudicial à saúde pública, sendo que, em 1366, um homem foi julgado e executado por infringi-la.

O clamor contra a poluição das águas partiu inicialmente dos pescadores. Os códigos de Pesca, antes de quaisquer outras leis sobre a utilização das águas, foram pioneiros na adoção de sanções contra os poluidores e, só recentemente, é que se ado-

taram textos de leis mais precisas, visando mais particularmente as poluições urbanas e industriais.

Embora a água não seja alimento, é indispensável à vida, pois além de importante material de construção do corpo humano é, também, o melhor veículo de transporte de alimentos.

Como veículo de transporte de alimentos a água é ingerida e posteriormente devolvida ao meio ambiente juntamente com detritos orgânicos e inorgânicos. A água destinada à ingestão deve ser potável, sendo poluída após o uso e devolvida ao meio ambiente.

O homem ao utilizar a água para outros fins, modifica também as suas características físicas, químicas e biológicas, devolvendo-a aos corpos receptores com estas propriedades mais ou menos alteradas.

Na natureza, por efeitos de diluição, ação biológica e ação do ciclo hidrológico, estas águas sofrem alterações sucessivas, podendo voltar a servir como fonte de suprimento.

A água, na terra, provém de duas fontes principais: superfície (rios e lagos) e subterrânea (lençóis freáticos e artesianos).

No caso específico da área metropolitana de Natal, para o abastecimento de água da cidade nos próximos anos, a disponibilidade da água subterrânea do aquífero — "Barreiras" é de 45 milhões de metros cúbicos por ano. Nesta estimativa, estão incluídas as águas fornecidas pela Lagoa do Jiqui e Rio Pitimbu, em virtude dos mesmos serem supridos por este aquífero.

Urgente e inadiável torna-se, pois, adotar medidas de proteção visando salvaguardar o Rio Pitimbu do lançamento dos despejos industriais, sem o adequado tratamento, em virtude, so-

bretudo, das proximidades da grande maioria das indústrias que o surto de industrialização carrega para a nossa capital.

Sendo a demanda de água de Natal, no ano 2.000, estimada em 55 milhões de metros cúbicos por ano, e estando prevista que a maior parte do suprimento será de responsabilidade do Manancial do Jiqui, desnecessário torna-se enfatizar os malefícios acarretados por grande volume de despejos industriais no Rio Pitimbu, pois certos despejos com componentes químicos, sobretudo os compostos sulfônicos, resistem até ao tratamento, por mais sofisticado que seja, tornando a nossa principal captação sem condições de fornecer água potável a Natal.

Quanto ao Rio Potengi, a nosso ver, caracterizado como um rio coletor de esgotos sanitários, o controle dos despejos industriais e dos esgotos sanitários, já que se trata de um rio abastecedor de água, deve visar, sobretudo, a preservação da flora e da fauna aquática e a balneabilidade das suas margens e das suas proximidades litorâneas.

Como a Cidade de Natal é banhada a Leste pelo Oceano Atlântico e a Oeste pelo Rio Potengi, dispndo de mar aberto e de um rio de certo porte, não existem dificuldades especiais para o lançamento do efluente de sua rede de coletores sanitários.

Sendo as condições da plataforma marítima em frente a Natal pouco favoráveis a uma diluição satisfatória, consideramos o Rio Potengi como destino natural e adequado aos despejos dos esgotos sanitários da Cidade, razão porque merecem ser adotadas as medidas para proteção de sua ecologia, evitando que seja enfraquecida a sua capacidade de auto-depuração.



# FAZENDAS POÇO VERDE S. A. — P O V E R D E

SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE — RIO GRANDE DO NORTE

CGC MF. 08.423.816/1 — INSC. EST. 05/0036  
Capital Autorizado Cr\$ 2.265.000,00  
Capital Subsc. e Integ. Cr\$ 1.475.040,00

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas

Submetemos a vossa apreciação cumprindo as disposições da Lei e dos Estatutos, o BALANÇO GERAL, acompanhado do PARECER DO CONSELHO FISCAL relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 1970.

Aos senhores Acionistas, clientes, fornecedores e BANCOS — os quais transacionamos, pela valiosa cooperação emprestada.

Aos funcionários os agradecimentos pelo desempenho nos resultados obtidos.

Ficamos ao inteiro dispor de Vv. Ss. para quaisquer esclarecimentos que se tornarem necessários.

São José de Campestre, 31 de dezembro de 1970.

THEODORICO BEZERRA

Dir. Presidente

HELIO NELSON

Dir. Executivo

KLEBER DE CARVALHO BEZERRA

Dir. Comercial

## BALANÇO GERAL DO "ATIVO & PASSIVO" ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

### — A T I V O —

#### IMOBILIZADO

Terrenos e Obras Preliminares .....	519.650,00	
Obras Preliminares .....	111.436,72	
Edificações Principais e Secundárias .....	11.494,00	
Veículos .....	17.800,00	
Móveis & Utensílios .....	9.065,00	
Estradas .....	467,50	

#### PLANTEL DE CRIA

Matrizes e Novilhos de Holandês .....	88.600,00	
Reprodutores .....	29.000,00	
Nelore Matrizes e Novilhas .....	48.000,00	165.600,00

Edificações de Produtos Agrícolas .....	720,00	
Edificações Gerais .....	182.998,00	
Galpões e Armazens .....	6.000,00	
Ferramentas .....	40,00	
Formação de Culturas e Pastagem .....	23.986,10	
Despesas de Implantação .....	109.263,25	
Despesas de Org. e Administração .....	136.455,06	
Despesas Pré-Operacionais .....	42.866,44	
Custos Técnicos Pastoris .....	34.894,20	1.372.736,27

#### REALIZAVEL

Contas Correntes .....		11.301,95
------------------------	--	-----------

#### DISPONÍVEL

Caixa .....	889,37	
Bancos C/Depósitos .....	10.499,99	11.389,36

#### VINCULADOS

Banco do Nordeste do Brasil S/A. Arts. 34/18		341.592,00
--	--	------------

1.737.019,58

### — P A S S I V O —

#### INEXIGÍVEL

<b>Capital</b>		
Ações Ordinárias (Rec. Próprios) .....	844.813,00	
Ações Preferenciais (Arts. 34/18) .....	630.227,00	1.475.040,00

#### EXIGÍVEL

Contas Correntes de Acionistas .....	21.793,00	
Duplicatas a Pagar .....	36.095,75	
Obrigações Tributárias a Pagar .....	1.027,18	
Bancos C/Empréstimos .....	203.063,65	261.979,58

1.737.019,58

Reconhecemos a exatidão do presente balanço, o qual importa em Cr\$ 1.737.019,58 (Hum milhão setecentos e trinta e sete mil dezenove cruzeiros e cinquenta e oito centavos).

São José de Campestre (RN), 31 de dezembro de 1970.

THEODORICO BEZERRA  
Dir. Presidente

HELIO NELSON  
Dir. Executivo

KLEBER DE CARVALHO BEZERRA  
Dir. Comercial

WILSON PINHEIRO GONÇALVES  
Reg. n. 1.035 — C.R.C. — Rn.

#### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da "FAZENDAS POÇO VERDE S/A", tendo examinado minuciosamente e atentamente o Balanço Geral e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1970, declaram ter encontrado tudo em perfeita ordem e exatidão, razão pela qual opinam que os referidos docu-

mentos devem ser aprovados pela Assembléia Geral Ordinária, especialmente convocada para este fim.

São José de Campestre, 31 de dezembro de 1970.

ADAUTO DE SÁ LEITÃO  
RAUL FRANCISCO DE OLIVEIRA  
JURANDIR SITARO DA COSTA



*Nev Lopes de Souza  
e Epitácio L. A. de  
Andrade — advogados*

#### AS INOVAÇÕES DA LEI Nº 5.584. VANTAGENS E DES- VANTAGENS.

A Lei nº 5.584, de 26 de Junho de 1970, publicada no Diário Oficial da União, secção I, Parte I, de 29 de Junho de 1970, tem a seguinte ementa: "Dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e a prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho e dá outras providências".

Das alterações procedidas, e que não foram poucas, no texto consolidado, uma teve o condão de acender, no nosso espírito, uma chama de perplexidade, menos pelos reflexos negativos que da mesma possam advir — e advirão, com certeza, — que pela sua por assim dizer cândida justificativa.

Com efeito, diz o artigo 2º da Lei enfocada: "Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acordo, o Presidente da Junta ou o Juiz, antes de passar a instrução da causa, fixar-lhe-á o valôr para a determinação da alçada, se este fôr indeterminado no pedido".

§ 3º: Quando o valôr fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de duas vezes o salário mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato".

§ 4º: "SALVO SE VERSAREM SOBRE MATÉRIA CONSTITUCIONAL, NENHUM RECURSO (CLT art. 893) CABERÁ DAS SENTENÇAS PROFERIDAS NOS DISSÍDIOS DA ALÇADA A QUE SE REFERE O PARÁGRAFO ANTERIOR".

A regra do parágrafo 3º, do artigo 2º da Lei objeto destas considerações é realmente salu-

tar e merece, indiscutivelmente, o apoio de quantos lidam no foro trabalhista, pois a sua imposição visa, objetiva e logra, na verdade, econômica de uma das mais raras e difíceis disponibilidades da época em que vivemos, qual seja o tempo.

Onde, pois, a perplexidade? Ela nasceu do enunciado no parágrafo 4º, que cuidamos de realçar, em caixa alta, pois o mesmo não se nos afigura consentâneo com a liberalidade e equanimidade do legislador brasileiro.

Não versando sobre matéria constitucional, nenhum recurso caberá das sentenças proferidas nos dissídios cujos valores não excedam duas vezes o salário mínimo da sede do Juízo. A irrecorribilidade das sentenças proferidas em reclamações de tal alçada tolhe, amarra um Direito, ao mesmo tempo que deposita, na consciência de cada julgador, um fardo bem pesado, como soe ser a infalibilidade.

Na exposição de motivos que acompanhou o projeto que, com algumas alterações, transformouse na Lei nº 5.584, o Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Dr. Alfredo Buzaid, justifica: "A natural ojeriza à irrecorribilidade em função do valôr pecuniário do feito, abranda-se, cada vez mais, por exigências da vida prática. Talvez por isso mesmo, a própria Constituição Federal em seu artigo 119, III, parágrafo único, ao disciplinar o recurso extraordinário, levou em consideração, entre outros fatores — natureza a espécie — o valôr pecuniário da causa. E o Supremo Tribunal Federal, emendando seu Regimento, em atenção atal dispositivo, tornou incabível o recurso extraordinário nas causas cujo benefício patrimonial não excede em valôr de 60 (sessenta) vezes o maior salário mínimo vigente, QUANDO UNIFORMES OS PRONUNCIAMENTOS DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS, e DE TRINTA (30) QUANDO ENTRE ELAS TENHA HAVIDO DIVERGÊNCIA, OU SE TRATE DE AÇÃO SUJEITA À INSTÂNCIA ÚNICA".

Como se vê, o próprio Ministro da Justiça, jurista de primeira água, denuncia a existência de uma natural ojeriza à irrecorribilidade, demonstrando, ainda, quão cautelosa foi a Suprema Corte do país ao emendar o seu

Regimento para ajustá-lo ao preceito Constitucional (Art. 119 III), subordinando quase que inteiramente sua interferência a pronunciamentos anteriores de instâncias ordinárias.

#### OUTRAS ALTERAÇÕES QUE SERÃO OPORTUNAMENTE ABORDADAS:

1 — perito único designado pelo Juiz;

2 — encurtamento dos prazos recursais;

3 — eliminação da 2ª. praça;

4 — remição ao executado só pelo valôr da condenação;

5 — unificação dos prazos de recurso, inclusive para que o Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho emita parecer, tudo em oito (8) dias;

6 — aclarou-se que é o mesmo o prazo de recurso e o de depósito do valôr da condenação;

7 — admitiu-se o impulsionamento "ex-officio", pelo Juiz, das causas em que empregados ou empregadores reclamem pessoalmente e nas de alçada exclusiva das Juntas;

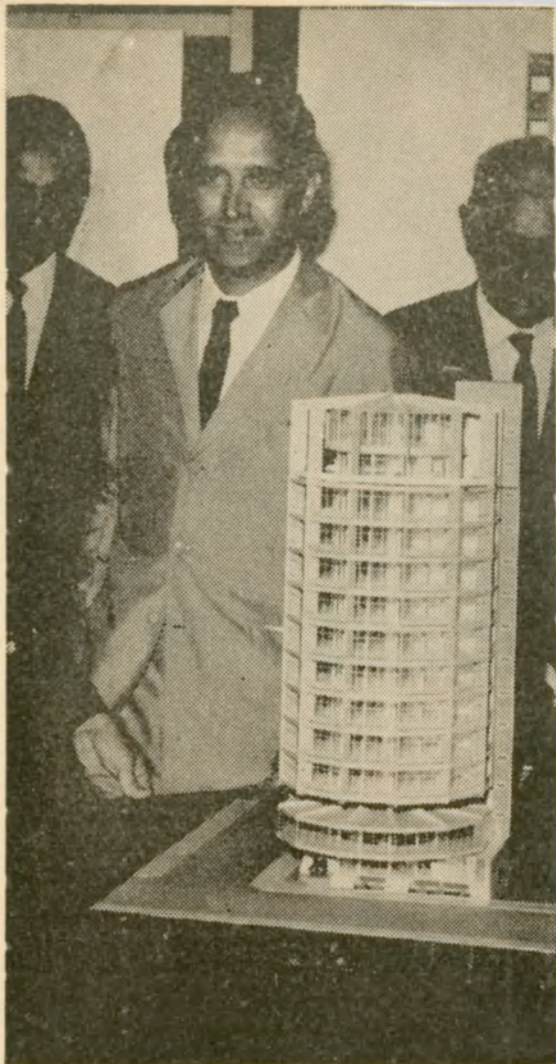
8 — Foi concedida ao relator, no Tribunal Superior do Trabalho, a faculdade de negar seguimento ao recurso, quando matéria decidida em prejudgado ou súmula;

9 — Aboliu-se a "homologação" rescisória de pactos laborais, e a de pedidos de demissão, sob o fundamento, quanto à primeira espécie, de que os recibos só valem pelas parcelas neles especificadas, — tudo pela revogação dos §§ 1º, 3º, 4º e 5º do artigo 477 da CLT, mantendo-se como parágrafo único o artigo § 2º;

10 — restabeleu-se o artigo 500 da CLT, que havia sido revogado pela lei 5.562, de 12.12.68, com a primitiva redação, relativamente ao pedido de demissão do empregado estável;

11 — disciplinou-se a concessão de assistência judiciária da Lei nº 1060, de 5.2.1950, aos trabalhadores, através de seus sindicatos de classe, ou, nas Comarcas onde estes não existirem como tampouco Juntas de Conciliação e Julgamento, por intermédio dos Promotores ou Defensores Públicos.

Relação colhida em trabalho realizado sobre o assunto pelo Juiz do Trabalho Modestino Martins Neto, in "Comentários à Lei nº 5.584", Edições Trabalhistas, 1970).



No início deste ano, o Diretor-Presidente do BANDERN, Sr. Ernani Melo, apresentou às autoridades do Estado a maquete da futura agência central e matriz do Banco, a ser construída em terreno na Rua João Pessoa, já adquirido.

#### A VIDA DO BANDERN

O atual Banco do Rio Grande do Norte S/A foi criado em 1906, no dia 17 de janeiro, tendo como razão social "Banco de Natal S/A", com um capital de Cr\$ 50,00. Em 26 de março de 1939, passou a ter a designação que até hoje mantém, com capital de Cr\$ 1.000,00, do qual Cr\$ 850,00 oriundos do Governo Estadual.

Hoje, o Banco do Rio Grande do Norte está presente, em Natal, nos bairros da Ribeira, Cidade-Alta e Alecrim, e nas cidades de Mossoró, Caicó, Macau, Parelhas, Patu, Lages e Ceará Mirim. E já possui projeto arquitetônico das futuras instalações da sede central, a ser construída em terreno já adquirido, à rua João Pessoa, centro de maior movimento comercial da cidade.

*Nenhuma empresa pode crescer mil por cento por uma casualidade, principalmente se um crescimento dessa ordem se verifica em apenas cinco anos. O Banco do Rio Grande do Norte S/A — BANDERN — cresceu um pouco mais do que isso. Os mil por cento de crescimento do BANDERN ocorreu nos cinco anos do Governo Walfredo Gurgel. Ernani Melo, diretor-presidente do órgão, explica como tudo isso pôde acontecer em tão pouco tempo. Ele diz como o*

# BANDERN cresceu mil por cento em cinco anos

O Banco do Rio Grande do Norte, em 1966, se constituía de sua sede matriz e duas agências. O seu capital social era de Cr\$ 175.000,00 e o saldo de depósitos era da ordem de Cr\$ 3.275.104,76. O BANDERN hoje executa uma política de expansão em todo o Estado já contando com nove agências, com um capital social de Cr\$ 3.000.000,00 e um saldo de depósitos de Cr\$ 22.165.558,09.

Apontado pelo BANCO CENTRAL como um dos bancos oficiais que mais cresce no Brasil, o BANDERN deve esse título ao Governo do Monsenhor Walfredo Gurgel e à política administrativa desenvolvida pela sua última Diretoria, que teve à frente o sr. Ernani Melo. O êxito do BANDERN também é representado pela elevação de suas aplicações em 15% no exercício de 1970, em contraposição com o ano de 1969, e 18%, em relação ao mesmo ano, de recursos contraídos com instituições financeiras oficiais.

Ao BANCO CENTRAL, a Diretoria do BANDERN solicitou a aprovação de cartas patentes para abertura de agências na Guanabara e em Recife. Porém essas autorizações ainda dependem de apreciação dos dirigentes da política bancária do Governo Federal.

#### O QUE SE FEZ EM 70

Nos primeiros dias deste ano, a Diretoria do BANDERN, constituída dos senhores Ernani Melo (Dir-Presidente), Miguel Ferreira da Silva Segundo (Diretor de Operações) e Cândido Caldas (Diretor Administrativo), apre-

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DO CRESCIMENTO

Banco do Rio Grande do Norte S/A			
— BANDERN —			
Discriminação	1966	1970	%
Aplicação	3.145.027,33	41.275.420,08	1.312
Depósito	3.374.141,71	22.165.558,08	657
Capital	175.000,00	3.000.000,00	1.714
Reserva	227.475,69	1.154.778,77	507
Número de Funcionários	46	200	435

sentou o seu relatório relativo ao exercício de 1970 à Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, quando prestou as informações gerais sobre o crescimento da instituição creditícia em todos os seus setores de atuação direta: comércio, indústria, agricultura, agropecuária. Ainda no relatório, os diretores informaram sobre o aumento do capital e reservas, sobre o movimento dos depósitos, criação de novas agências e cotação de ações do Banco.

Declararam os diretores que, pela implantação de novas técnicas e melhoria dos serviços internos, foi conseguido o aperfeiçoamento contábil do Banco, a sistematização e disciplina do processo de controle e investigação de órgãos executivos nas diversas agências do que decorreu um sensível aperfeiçoamento no nível das administrações descentralizadas. Outra inovação importante executada no último exercício foi a criação do sistema de caixas executivos, com resultados altamente positivos. Também foi criado o serviço médico para os funcionários, o que os impede de permanecerem nas intermináveis filas do Instituto de Previdência e os habilita a uma maior produção nas suas atividades específicas, culminando, sem dúvida, em economia para o Banco.



Em 1965, o BANDERN possuía 3 agências. Hoje, são 9. Só em 1970, foram inauguradas as agências de Patu, Lages e CearáMirim.

#### AS APLICAÇÕES DO BANDERN

Na área de aplicações no setor público, o Banco do Rio Grande do Norte havia empregado até 1966, a soma de Cr\$ 651.200,00. Em 1970, essa soma já atinge Cr\$ 6.220.715,98. Na área de aplicações rurais, em 1966, havia sido aplicado o montante de Cr\$ 706.532,76, e em 1970 o total já era de Cr\$ 9.343.658,91. Já na área de aplicações no comércio em 1966, o Banco havia aplicado Cr\$ 193.766,49, e em 1970 o total de aplicações nesse setor subia a Cr\$ 6.138.435,39. Enquanto nos

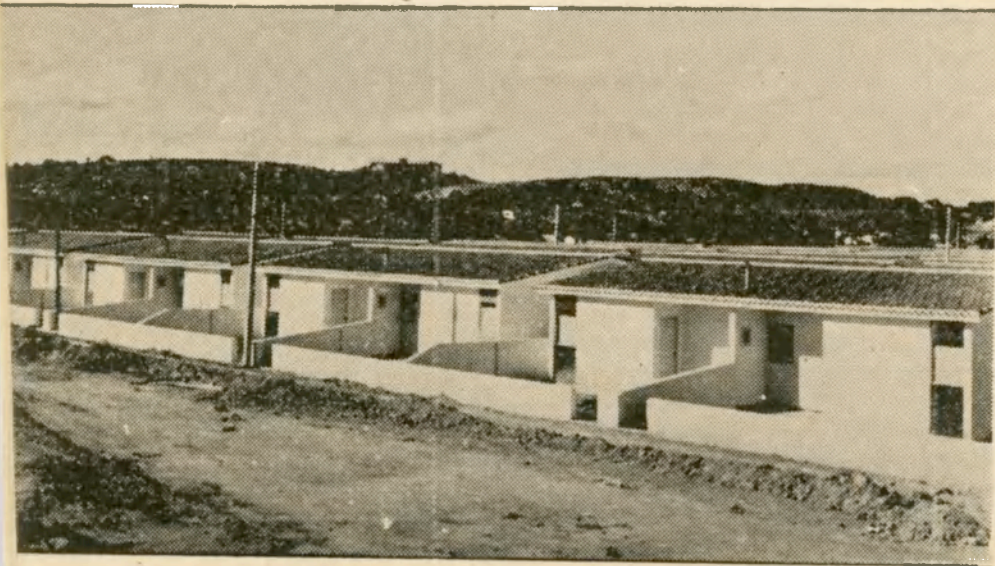
diversos ramos industriais o Banco aplicou, até 1966, Cr\$ .. 305.001,04, em 1970 essas aplicações chegaram a Cr\$ ..... 15.574.653,00.

Com o acentuado índice de crescimento verificado o BANDERN conseguiu registrar no ano passado um lucro líquido de Cr\$ 1.425.458,08, tendo Cr\$ .... 7.476.609,62 de Receita e Cr\$ .. 6.051.151,54 de Despesas. Somente a Matriz do BANDERN registrou um lucro de Cr\$ 521.952,97, enquanto as suas oito agências espalhadas na Capital e no Interior obtiveram Cr\$ 903.505,11.

#### CREDITO INDUSTRIAL

Durante quase toda a sua existência, o Banco do Rio Grande do Norte vinha funcionando apenas em colaboração financeira aos setores da economia estadual, atuando basicamente como um banco de depósitos e descontos, porém tudo mudou com a instalação do Departamento de Crédito Industrial, realizada pela última Diretoria.

Desde 1967, uma intensa política de aplicação de recursos junto a pequenas e médias empresas do Estado vem sendo desenvolvida pelo Departamento de Crédito Industrial — CREDITIL. Os recursos utilizados na execução dessa política têm sido carreados do BANCO CENTRAL, Banco do Nordeste do Brasil S/A, SUDENE e Banco Nacional de Habitação — BNH.



O BANDERN, participando do plano de habitação do BNH, como seu agente, financiou a construção de conjuntos residenciais em Natal, (conjunto "Nova Dimensão" — 105 unidades) e em Recife (conjunto "Grande Recife" — também com 105 unidades residenciais). Na foto, vista parcial do "Grande Recife".

Os primeiros recursos do CRE-DIL foram conseguidos do Fundo de Democratização do Capital de Empresas (FUNDECE), com Cr\$ 300.000,00. Mas, hoje, os recursos já obtidos atingem Cr\$ 4.000.000,00, beneficiando 39 empresas que tiveram completados seus capitais de giro nas suas adversas atividades.

Através do FINAME (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), criado em 1967, o BANDERN atendeu a 17 empresas, representando êsse atendimento um investimento da ordem de Cr\$ 337.289,00, inclusive com recursos próprios; conseguiu a aprovação da abertura do crédito de Cr\$ 442.105,00 para reaparelhamento dos sistemas de abastecimento. Com recursos próprios, o BANDERN aplicou Cr\$ 639.350,00 em immobilizações técnicas e financeiras de pequenas empresas.

Como agente financeiro do Banco Nacional de Habitação, o BANDERN financiou a construção do "Jardim Nova Dimensão", em Natal, e do "Grande Recife", na Capital de Pernambuco, cada um com 105 unidades, com repasses destinados à construção de conjuntos residenciais, já existindo um estudo para financiamento de outro conjunto, em Recife, com 109 casas. No programa RECON, foi assinado convênio com o BNH de Cr\$ 1.200.000,00, destinados à ampliação, construção e reformas de casas.

#### ASSISTENCIA INDUSTRIAL

O Núcleo de Assistência Industrial (NAI) do BANDERN foi criado como decorrência de convênio que êste organismo de crédito assinou com a SUDENE. O NAI tem por meta fornecer assistência técnica a pequenas e médias empresas industriais do Rio Grande do Norte, proporcionando:

1) Melhora do nível das suas técnicas de produção e práticas administrativas; e

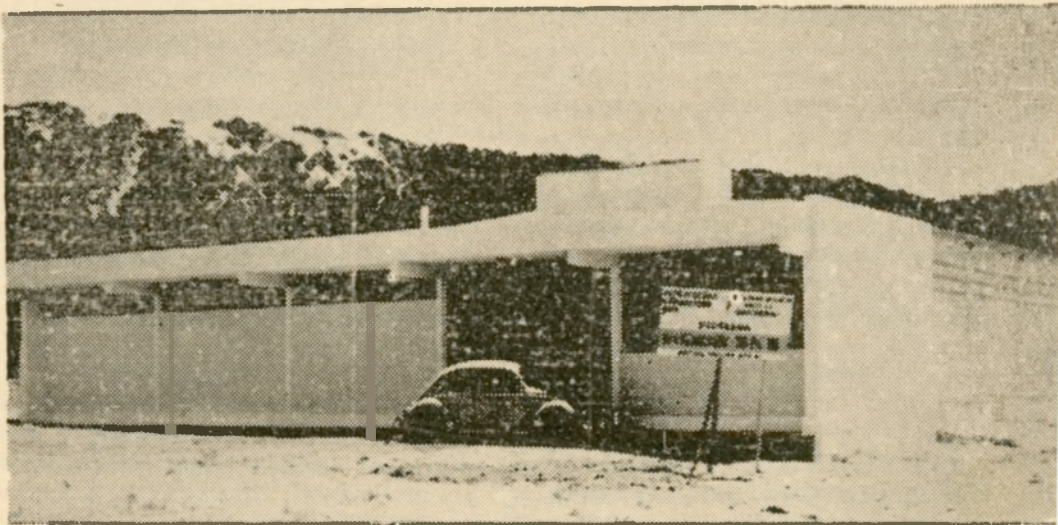
2) Assistência na preparação dos seus pedidos de financiamentos.

É ainda da responsabilidade do Núcleo de Assistência Industrial a intensificação, mediante estudos de mercado e pesquisa de produtos industriais, de novas oportunidades de investi-

mentos rentáveis; promover cursos de treinamento, objetivando divulgar modernas técnicas de administração de pequenos negócios e os resultados dos seus programas de pesquisas.

Uma das principais filosofias do programa do NAI é a luta para a mudança da consciência empresarial, objetivo êste que vem sendo alcançado, como já ficou demonstrado pela realização de cursos que contaram com a presença constante do empresário norterio-grandense.

O NAI tem atuado nos setores de implantação, modernização e realocação de fábricas. Os seus financiamentos são feitos tendo por base o limite de 80% para recursos da SUDENE/BNB, 10% para recursos do BANDERN e 10% em recursos próprios do investidor.



O incentivo à pequena e média empresa levou o BANDERN a financiar centenas de indústrias no Rio Grande do Norte e a implantar dezenas.

Na foto, visão externa da indústria MIPOLE, de móveis de aço, implantada pelo Banco do Estado.

O Núcleo de Assistência Industrial ainda possui um setor de análise de projetos, pelo qual uma equipe de economistas analisa as propostas de financiamentos encaminhadas por empresários. Também possui um setor de contratos e assessoria jurídica, encarregado de elaboração de contratos de concessão de empréstimos e de consultoria jurídica aos diversos setores das empresas beneficiadas pelo programa do órgão. Quem se encarrega do acompanhamento dos projetos financeiros do NAI até a sua final execução é o setor de administração e fiscalização de crédito, que é dirigido por técnicos.

A execução do programa de assistência às pequenas e médias empresas industriais já financiou mais de 100 projetos, possibilitando a criação de cerca de 1500 novos empregos. Essa atuação se reveste de maior significado quando se observa que ela representa no Rio Grande do Norte uma iniciativa capaz de reduzir a nossa diferença econômica em relação a outros Estados da região. No financiamento dos projetos industriais foram investidos mais de Cr\$ 14.000.000,00.

#### CREDITO RURAL

Consciente de que as atividades agrícolas e agropecuárias participam com mais de 70% no quadro geral da economia do Rio Grande do Norte a Diretoria do BANDERN deu prioridade especial às aplicações rurais,

através do seu Departamento de Crédito Rural (DECRER), cuja atuação é representada, além dos créditos, com a assistência técnica no setor agrário, em decorrência dos convênios que foram firmados com a Secretaria de Agricultura e com a ANCAR-RN, objetivando incutir os conhecimentos que permitem ao homem do campo a melhoria qualitativa e quantitativa de sua produção.

Com o BANCO CENTRAL, o BANDERN assinou convênio para operar em crédito rural, aumentando, de 1 para 5 milhões os seus recursos aplicáveis nessa área. Também firmou convênios com o Banco Interamericano de



Os financiamentos à agropecuária, em 1970, atingiram nove milhões de cruzeiros. O BANDERN esteve presente a todas as exposições de animais e feiras agropecuárias promovidas pelo Governo Walfredo Gurgel. No plantel financiado, vemos essa mostra de gado "Santa Gertrudes".

Desenvolvimento (BID), da ordem de Cr\$ 1.000.000,00, e com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), de Cr\$ 200.000,00. Com esses recursos externos e os seus próprios recursos, as aplicações do BANDERN na agricultura, em 3.425 contratos com fazendeiros, foram de Cr\$ 8.350.211,22.

Declarou o Presidente do Banco do Rio Grande do Norte S/A, snr. Ernani Melo, que na aplicação de recursos destinados a minorar os efeitos da estiagem do Nordeste em 1970 (Resolução n. 147), o BANDERN foi o segundo banco da região a firmar convênio com o BANCO CENTRAL.

O BANDERN participou de todas as exposições e feiras de gado promovidas durante o Governo do Monsenhor Walfredo Gurgel, que tiveram como finalidade a melhoria do padrão genético do rebanho potiguar. Também participou, em cooperação com o INDA e Secretaria de Estado da Agricultura, investindo Cr\$ 320.000,00, da campanha de financiamento de silos metálicos em todo o Estado, esta campanha atingiu, principalmente as áreas produtoras de cereais.

Em convênio com a ANCAR-RN, foram elaborados mais de trezentos projetos que tinham por meta a transformação de propriedades em pequenas e médias empresas rurais, pela implantação do sistema de irrigação por aspersão, aviários, pocilgas, desenvolvimento das técnicas agrícolas, ampliação das bacias leiteiras e incentivo à pecuária de corte.

Um fato importante para ser citado como exemplo da expansão experimentada pelo Depar-

tamento de Crédito Rural é que, em 1965, ele possuía apenas um funcionário e hoje possui 16, além do pessoal técnico com cursos de crédito rural promovidos pelo BANCO CENTRAL.

Entre os anos de 1967 e 1970, o BANDERN incrementou a criação de 3.036 empregos no setor agrícola e pecuário.

#### FOLITICA DE PESSOAL

A política da Diretoria do BANDERN para os seus funcionários foi bastante desenvolvida nos últimos 5 anos, através de cursos de treinamento e especialização em administração. Em 1970, a Diretoria alterou o regulamento do pessoal do Banco, no que se refere a abono família e cônjuge, licença para tratamento de saúde, que passou a ser chamado "Serviço de Assistência Médica e Social", consistindo em abono família e cônjuge, seguro em grupo, pecúlio por invalidez permanente ou por morte, assistência médica, auxílio enfermidade.

Com apenas cinco meses de funcionamento o SAMS atendeu à solicitação de 447 consultas médicas e 147 pedidos de exames laboratoriais, totalizando 594 atendimentos, o que proporcionou a média de 9 atendimentos diários, numa demonstração de que foi acertada a sua criação e bem compreendida a sua finalidade.

#### O BANDERN HOJE

A Diretoria que dentro de alguns dias transferirá suas atribuições ao diretores indicados pelo Governador Cortez Pereira — industrial Osmundo Faria e economistas Marlênio Camboim e Francisco Canindé Furtado — conclui seu mandato com a consciência do dever cumprido e com um saldo de realizações quase incalculável.

O snr. Ernani Melo, atual Diretor-Presidente, ao passar a sua função ao seu sucessor, voltará ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, onde é alto funcionário, já tendo sido convidado a participar de importante estágio na gerência do BNB em Salvador, uma das principais agências deste Banco, estágio que o capacitará ao desempenho de funções técnicas especializadas junto à Direção do BNB. O Diretor Administrativo, snr. Cândido Caldas, que também é funcionário do Banco do Nordeste, deverá atuar na sua Assessoria jurídica. O snr. Miguel Ferreira da Silva Segundo voltará às suas antigas funções técnicas do Departamento de Crédito Industrial do BANDERN, onde prestou os seus serviços durante vários anos antes de ser elevado a função de Diretor de Operações.



O BANDERN implantou e financiou centenas de empresas. Na foto, a assinatura de contrato de financiamento para a Algodoeira Mocó Indústria e Comércio Ltda, com sede em Currais Novos. Aparecem os três diretores do Banco e mais os diretores da empresa beneficiada.

# BRAGA ANUNCIA REFORMAS NA SECRETARIA DE FINANÇAS

Quando foi empossado como Secretário das Finanças, o economista José Aristides Braga, fazendo de improviso, disse que "resolvemos fazer uma solenidade de simples porque já começamos a trabalhar". E a tarefa começara até mesmo antes de sua posse, através dos contatos diários que mantinha com o então secretário Heyder Moura, procurando "tomar pé" da realidade fazendária do Estado.

Já exercendo o cargo, o secretário Aristides Braga sentiu a necessidade de ampliar ainda mais o seu horário de trabalho, a ponto de motivar o espanto de uma das funcionárias da Secretaria das Finanças: "O homem está madrugando". A tarefa mais urgente exigida do novo secretário: a execução da reforma administrativa. Após um diagnóstico minucioso da estrutura atual da secretaria, concluiu ser ela inadequada e incapaz de permitir o desenvolvimento do programa a que se propôs. Por isso partirá, a curtíssimo prazo, para uma reforma na estrutura da secretaria utilizando, em grande parte, a reforma administrativa deixada pelo Governo do Monsenhor Walfredo Gurgel que reputa de "alto nível", mas que não chegou a ser implantada.

## Providências externas

Dentro dessa reforma, basicamente será separada a fiscalização da arrecadação. O secretário procurará conferir a cada setor sua flexibilidade necessária de ação. A fiscalização terá ação própria e será dirigida por um diretor geral, sr. Arimateia Barroso, fazendário do Ceará, atual diretor geral da Secretaria da Receita daquele Estado —, e dividida em dois grandes setores — Capital e interior. Para isso estão sendo examinadas as

condições de capacidade e eficiência do atual quadro de Fiscais de Rendas, de modo a permitir o melhor funcionamento do esquema de fiscalização.

Para atingir êsses objetivos será procedido, garante o secretário, o mais amplo rodízio de fiscais e agentes fiscais. Na nova administração, a função primordial da fiscalização é de orientação e assessoria ao contribuinte de modo que êle tenha condições de cumprir com suas obrigações fiscais.

Essa será uma outra inovação estrutural: a criação e funcionamento, a curto prazo, de uma assessoria técnica de orientação fiscal ao contribuinte, que terá sempre êsse órgão à disposição, com tempo integral, na Secretaria. Outra inovação de ordem estrutural será a criação e funcionamento das auditorias fiscais, que possibilitará o controle junto às exatorias e coletorias de todo o Estado.

## Programa de treinamento

Procedendo a essa auditoria será executado um audacioso programa de treinamento e orientação de coletores e escrivãos de modo a capacitá-los suficientemente, evitando erros de interpretação ou falta de conhecimentos da legislação. No setor de arrecadação, anuncia o sr. Aristides Braga, serão adotadas providências enérgicas com referência à capacidade e eficiência dos coletores, adotando, quando necessário, um remanejamento e substituição a fim de salvaguardar "os objetivos concretos de fiel resguardo dos dinheiros públicos".

Essas são as providências externas que serão adotadas a curto prazo. Baseadas em seus efei-

tos, serão providenciadas outras a médio prazo já planejadas, porém não divulgadas "por questão de conveniências internas e também por que estão sujeitas a inovações", segundo o secretário.

## Providências internas

O secretário vem realizando um trabalho estafante de conhecimento do pessoal da fiscalização e arrecadação. Quer se capacitar a fazer escolhas acertadas para os cargos e comissões. Igualmente vem adotando providências visando o necessário suporte para a execução do programa já elaborado. Para isso está sendo montada uma assessoria interna de ordem jurídica, contábil, fiscal e de imprensa, para auxiliar o secretário no desempenho de suas funções. "Conforme se pode observar — disse o economista Aristides Braga —, com isso é preenchida uma das mais fortes lacunas na estrutura interna da Secretaria das Finanças".

Uma outra medida diz respeito à padronização futura do método de escrituração e contabilidade das recebedorias e exatorias da Capital e do interior, racionalizando o trabalho de seus responsáveis e permitindo o controle mais eficiente dos órgãos internos. Estão também sendo estudadas providências no sentido de reduzir exigências burocráticas na tramitação e liberação de processos, buscando tornar mais racional e funcional a administração da Secretaria das Finanças. Medidas de menor porte, porém consideradas de grande significado, estão sendo tomadas no setor disciplinar e administrativo, de modo a desenvolver em cada funcionário um senso de maior responsabilidade.

# Itapetinga Agro Industrial S. A.

C. G. C. N. 08.331.340/001

## Relatório da Diretoria Relativo ao Exercício Social Encerrado em 31 — Dezembro — 1970

### Senhores Acionistas:

A Diretoria da Itapetinga Agro Industrial S. A., em cumprimento das disposições estatutárias vigentes, da legislação específica para as sociedades anônimas e ainda ao disposto na Portaria n. 187/70, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — já havendo colocado à disposição de todos os seus acionistas e dos senhores membros do Conselho Fiscal todos os elementos e contas sociais, julga por bem que este relatório sirva também de instrumento para informar outros aspectos de real interesse de todos os acionistas, como segue em destaque:

### CAPITAL SOCIAL

Do capital inicial de Cr\$ 250.000,00, quando vimos aprovado o projeto para implantação da fábrica de cimento, já aportamos exatamente o montante de Cr\$ 13.130.551,00, sendo Cr\$ 4.683.808,00 de recursos próprios e Cr\$ 8.446.743,00 proveniente de recursos originários dos incentivos fiscais disciplinados pela SUDENE. Assim, o capital social até hoje constituído do total de Cr\$ 13.380.551,00, atendeu às necessidades do cumprimento do programa. Ocorre, entretanto, que na fase atual da implantação, necessitaremos de maiores recursos, o que nos levará, em breves dias, a propor novos aumentos do capital social, com aporte de recursos originários dos incentivos fiscais e também próprios. Sobre esse último, acreditamos que todos os senhores acionistas decerto exercerão os direitos de preferência e concorrerão com os valores a incorporar. É de logo oportuno, adiantar neste relatório, que o valor inicial previsto para a implantação da indústria, terá de sofrer correção, conseqüente principalmente, da variação de câmbio e das elevações dos custos dos serviços outros e materiais de origem nacional. Assim, dentro de breves dias haveremos de encaminhar ao órgão competente — SUDENE — o processo de atualização do investimento, certos de o vermos aprovado porque amplamente demonstrada a necessidade.

### IMPLANTAÇÃO

Sob esse tópico, temos a relatar que são plenamente satisfatórios os trabalhos quer sob o aspecto de obras civis, quer sobre a construção dos equipamentos originários do exterior. Com relação ao primeiro, a empresa contratou com a Construtora Guarantã S. A., toda a construção civil principal, cujo volume em obras, ascende a 13.500m<sup>3</sup> de concreto. Desse montante, cerca de 80% já se encontra concluído e podemos até dizer que as edificações majestosas, mudaram a paisagem do Município de Mossoró, onde ficou o local do setor industrial, como conseqüência da maior abundância de água e suas excepcionais qualidades, sem necessidade de recursos a tratamentos quaisquer, mecânicos ou químicos. Sob o segundo aspecto, temos a participar a chegada dos primeiros equipamentos, já nos limites da fábrica. Foram cerca de 500 toneladas, chegadas pelo navio "Clivia" que os descarregou no Porto de Natal de onde foi removido para o canteiro de obras. Já temos anunciada a chegada do novo carregamento, pelo navio "Mariviva", também com destino ao mesmo Porto. Tão logo tenhamos mais de 50% do equipamento-peso no local da fábrica, serão iniciadas as obras de monta-

tagem. Para tanto, já abrimos concorrência com as firmas especializadas para a sua efetivação. Estamos certos de que dentro dos próximos 90 dias, teremos os serviços iniciados, em ritmo acelerado e previmos sua conclusão dentro dos prazos do cronograma. Para tanto, não mediremos esforços e temos insistido junto aos fornecedores do exterior, no sentido de procederem às entregas e embarques dos equipamentos com maior celeridade.

### JAZIDAS E ACESSOS

Bem demarcadas, definidas e abertas, as jazidas necessárias à obtenção da matéria prima para o processo industrial. Todas as análises do material, agora plenamente conhecido, resultaram completamente satisfatórias com mínimas variações dos resultados obtidos durante as pesquisas que indicaram o Município de Mossoró para localização do complexo industrial. Outrossim, todas as previsões e estudos realizados por nossa equipe de geólogos, foram totalmente confirmados e a posse comprovada, deixa-nos tranquilos para mais de 100 anos de produção. Todavia, ainda prosseguiremos nas pesquisas, a fim de determinar as reservas de toda a Região e seu potencial total. Para conclusões concluímos todos os serviços de acesso à fábrica e às pedreiras. A estrada que hoje liga o centro do Município de Mossoró ao portão de entrada da fábrica está concluída, com uma largura de 50 metros e em ótimo estado de tráfego. Igualmente, as ligações entre as pedreiras e os pontos de britagem da indústria também estão concluídos, nada restando a fazer.

### CONCLUSÃO

Destacados por tópicos os aspectos mais relevantes da Empresa e do empreendimento que se propôs a realizar, acreditamos haver prestado a todos os Srs. acionistas e aplicadores, sob suas diversas formas, o resultado do nosso trabalho, exercido em confiança. Resta-nos agradecer a quantos para tanto colaboraram e muito especialmente aos que diuturnamente, lutam pelo desenvolvimento do Nordeste em todos os pontos do território nacional. Aos que fazem a Sudene, às autoridades federais, estaduais, municipais e demais órgãos da administração descentralizada, os nossos melhores agradecimentos. Aos Srs. Membros do Conselho Fiscal encarecemos e também agradecemos o pronunciamento que julgarem por bem manifestar, após a análise desse relatório e exame de todos os documentos, que entenderem necessários à fundamentação do seu parecer.

Natal, 15 de janeiro de 1971.

José Bernardino Pereira dos Santos  
Diretor  
Romero Lincoln Fernandes da Cunha  
Diretor

## BALANÇO GERAL REALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

### ATIVO

#### IMOBILIZADO

Terrenos, Obras Preliminares e Complementares		
Terrenos e/ou Jazidas	843.427,95	
Obras Preliminares e Complementares	712.876,53	
Propriedades Rurais	16.750,00	1.573.054,48
Edificações Principais e Secundárias		5.496.957,17
Instalações		308.848,24
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Nacionais		11.296,21
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Estrangeiros		1.490.680,98
Veículos-Carros, Embarcações e Aviões		174.619,50
Móveis e Utensílios		61.002,86
Despesas de Implantação		
Despesas de Organização e Administração	733.248,50	



Despesas c/Empréstimos, Financiamentos e Comissões .....	261.851,10	
Fundações e Gastos Gerais de Montagens .....	8.536,00	1.003.635,60
Estudos, Projetos e Detalhamentos .....		464.035,00
Ações de Outras Empresas .....		159.000,00
Caução de Luz e Fôrça .....		2.000,00
Depósitos e Cauções .....		43.518,52
Contrato de Câmbio .....		3.097.571,62
		<u>13.886.220,18</u>
<b>REALIZÁVEL</b>		
Adiantamentos a Fornecedores .....	55.433,71	
Contas Correntes .....	42.367,57	97.801,28
<b>DISPONÍVEL</b>		
Caixa Recife .....	132.067,75	
Caixa Mossoró .....	11.122,63	
Bancos c/Movimento .....	2.274.688,65	2.417.879,03
<b>VINCULADO</b>		
Banco do Nordeste do Brasil S/A. Arts. 34/18	3.760.952,43	
Lucros e Perdas .....	830,35	3.761.782,78
		<u>20.163.683,27</u>

ROMERO LINCOLN FERNANDES DA CUNHA  
Diretor-Gerente

JOSE BERNARDINO PEREIRA DOS SANTOS  
Diretor-Presidente

JOSE VICENTE DE ALMEIDA  
CRC — RN — 1052

### PASSIVO

<b>NÃO EXIGÍVEL</b>		
Capital Social .....	13.380.551,25	
Créditos de Acionistas c/Aumento de Capital	67.300,99	13.447.852,24
<b>EXIGÍVEL</b>		
Credores p/Investimentos-Recursos de Terceiros, Arts. 34/18, Art. 13 Parág. 13 — Dec. n. 55.334 .....	5.527.295,00	
Contas Correntes .....	1.458,91	
Fornecedores .....	1.168.987,25	
Obrigações Sociais a Pagar .....	321,96	
Obrigações Tributárias a Pagar .....	7.147,49	
Títulos a Pagar .....	10.000,00	6.715.210,61
<b>PENDENTE</b>		
Juros e Descontos .....	620,42	620,42
		<u>20.163.683,27</u>
<b>TCTAL DO PASSIVO</b>		

ROMERO LINCOLN FERNANDES DA CUNHA  
Diretor-Gerente

JOSE BERNARDINO PEREIRA DOS SANTOS  
Diretor-Presidente

JOSE VICENTE DE ALMEIDA  
CRC — RN — 1052

### Demonstração da Conta de Lucros e Perdas em 31 de Dezembro de 1970

Declaramos a inexistência de movimentação desta conta neste exercício, por se tratar de projeto em implantação.

ROMERO LINCOLN FERNANDES DA CUNHA  
Diretor-Gerente

JOSE BERNARDINO PEREIRA DOS SANTOS  
Diretor-Presidente

JOSE VICENTE DE ALMEIDA  
CRC — RN — 1052

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Para apreciação desse Conselho, recebemos da Diretoria da ITAPETINGA AGRO-INDUSTRIAL S/A. o relatório, Balanço e demais documentos contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31.12.1970.

Analisados detidamente cada um desses elementos, os membros efetivos do Conselho Fiscal, damos por corretos os mesmos e recomendamos sejam aprovados, sem restrições, pelos senhores acionistas, em assembléia a ser convocada para exame e aprovação da matéria.

Natal, 20 de janeiro de 1971.

aa) Manoel de Souza Leão Veiga  
José Othon de Vasconcelos  
Joaquim Almeida Martins

# O que falta fazer para transformar em riqueza os minérios do RN?

Se alguém quer saber por que a scheelita é tão mais encontrada e tanto mais explorada, a explicação é simples: trata-se de um minério que ocorre em veios constantes e por isto mesmo fácil de ser extraído, sem perigo de perda de investimentos. Quem achar uma jazida de scheelita pode explorá-la sem medo. O mesmo não ocorre com a tantalita, por exemplo, cuja incidência é irregular e pode estar muito bem numa escavação e fugir para onde ninguém sabe e nem conseguirá detectar.

No ano de 1970 o Rio Grande do Norte exportou 1.015.000 quilos de scheelita, correspondente a US\$ 5.210,653,78 ou Cr\$ ..... 24.028,008,25. (Veja Qaudro).

A Mineração Tomaz Salustino S. A. (Mina Brejuí) é a maior exploradora de scheelita da América Latina. Do total das exportações do Estado, no ano passado, ela enviou para países es-

trangeiros 785.000 quilos de scheelita, berilo e tantalita.

Mas nem por isto a organização está satisfeita com o rumo que a exploração mineral no Estado está tomando, por conta de falta de racionalização e mesmo consideração dos órgãos governamentais (federal, principalmente) para com a indústria extrativa. O Desembargador Mário Moacir Pôrto, diretor-presidente da Mineração, reclama:

— “O Rio Grande do Norte é um Estado que dispõe de extraordinárias reservas de minerais não-ferrosos, inclusive e principalmente a scheelita. Por que, então, a Minerobrás não instala uma das suas agências na terra onde a pesquisa é atividade essencial ao seu desenvolvimento? E por que o D. N. P. M. (Departamento Nacional da Produção Mineral) não instala na terra da scheelita um laboratório de aná-

Os estudiosos da geologia do Rio Grande do Norte afirmam que pelo menos trzentas ocorrências de scheelita já foram registradas em nosso sub-solo. Porém menos de um décimo dessa quantidade está sendo explorada hoje. Quantas ocorrências ainda se poderá encontrar?

Mas o sub-solo do Rio Grande do Norte não é rico somente em scheelita. O berilo e a tantalita têm dezenas de ocorrências sendo exploradas e pesaram bastante no cômputo geral das nossas exportações, no ano passado, embora em escalas consideravelmente menores, comparadas com o total de exportação da scheelita.

Qualquer informação de almanaque pode dar um visão faraônica (e verdadeira) de nossas disponibilidades em matéria de reservas no sub-solo. Se não vejamos:

**Metais Não Ferrosos** — Ouro cobre, cassiterita, bismutita, scheelita, tantalita, berilo.

**Materiais Refratários e Filtrantes** — Bentonita, magnesita, diatomita, grafite.

**Pigmentos** — Ilmelita, rutilo, ambligomita, barita.

**Fins cerâmicos, Fundentes e Diversos** — Talco, fluorita, calcita, feldspatos, caulim, quartzo hiliano.

**Adubo agrícola** — Fosforita.

**Abrasive** — Granadas, estaurolitas, turmalinas, calcedônio.

**Industria de Cimento e Construção** — Calcários, gesso, mármore, argilas, quartzitos, detritos de manganês.

**Industria química** — enxofre e sal.

**Metais de terras raras** — monazita.

**Pedras ornamentais** — Quartzo róseo, amonita, granadas, águas marinhas, quartzo negro, ametista, ágata, turmalinas.

De tudo isto, apenas cerca de vinte ocorrências de scheelita, das trezentas conhecidas, são exploradas, ao lado de algumas de berilo e tantalita.

Vale aqui dizer que somos um “pobre Estado rico?”

lises de minérios, favorecendo o produtor e o exportador?

O diretor comercial da Mineração Norte-riograndense Ltda. (sucessora da Mineração Bonfim) sr. Jaumar Pereira, fixa a reclamação na área mais local:

— “O Governo do Estado poderia criar um órgão para tratar da problemática da exploração de minérios. Um órgão que estimulasse o descobrimento de novas reservas e intensificasse o aproveitamento dos recursos encontrados. Que orientasse, incentivasse e cooperasse com a iniciativa privada na pesquisa e nos estudos destinados a aproveitar os recursos minerais. Que suplementasse a iniciativa privada, em ação estritamente ligada ao campo da pesquisa. E que promovesse e incentivasse a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de pessoal técnico necessário à atividade.

vermental estadual para atuar junto à indústria extrativa de minérios foi levantada pelo RN-ECONÔMICO para avaliar não apenas o quanto de incentivos oficiais as grandes companhias necessitam, mas também para pesar a sua cômoda situação de donas das operações de extração, venda e exportação dos produtos. Os argumentos apresentados foram realmente justificáveis. O dr. Marcelo Pôrto acha que o Governo Estadual poderia criar um órgão incentivador, mas não controlador, para operar junto aos garimpeiros. Ele é diretor comercial da Mineração Tomaz Salustino e diz que:

— “O que necessitamos é de manutenção de laboratórios de análise, aquisição de técnicos, confecção de projetos para financiamentos, de pesquisas, de sondagens, prospecções, da aquisição de equipamentos técnicos como o minera-light, etc. Isto o Governo Estadual poderia promover, através de uma companhia de economia mista ou coisa que o valha”.

Com ele está também o advogado Eider Furtado, que trabalha junto a firmas do ramo:

— “Só assim o Governo Estadual poderia ajudar a indústria extrativa de minérios, mesmo porque não poderia ser de outro modo. A exploração de uma reserva mineral é antes de mais nada uma concessão federal. Qualquer investimento que uma firma faz numa mina é sempre um risco, porque a qualquer tempo a concessão pode cessar. Creio que não interessaria ao Estado correr riscos numa inversão na qual não há contra-prestação. Porque se sabe que para minérios se cobra o Impos-

to Único. Que volta ao Estado, evidentemente, como volta o do sal, mas é muito mais cômodo para o Governo Estadual receber o tributo sem investir, deixando que firmas particulares o façam”.

O dr. Eider Furtado vai mais adiante:

— “O Governo do Estado poderia, sim, fazer convenios com o Conselho Nacional de Pesquisas cu com o Departamento Nacional de Produção Mineral. Poderia promover incentivos fiscais e incentivar de outras formas, porque sempre que o Governo dá incentivos, propicia o poder aquisitivo, a mão de obra, etc. Em outros aspectos, não vejo possibilidades viáveis de uma ação governamental local. Qualquer governo estadual opera sempre em função política local e como a exploração dos minérios é estritamente determinada ao Governo Federal, então não sei porque se tomar a paternidade de uma coisa que não nos assiste”.

#### ASSISTINDO GARIMPEIROS

A atuação da Mineração Tomaz Salustino, hoje em dia é justamente a dêsse pretensão órgão governamental que poderia ser instalado pela administração estadual. Ela assiste a cêrca de quinze Garimpos, em São Tomé, Lages, São Rafael, Jucurutu, Caicô, Serra Negra e Pedra Lavrada, fornecendo-lhes compressores, britadores, moinhos, grupos geradores, minera-lights, técnicos diversos. E adquirindo-lhes a produção. A Mina Brejuí

hoje possui três áreas em processo de sondagem e prospecção, para futura exploração localizadas em Recanto (Cerro Corá), Citicica e Louros (São Tomé). A produção dos Garimpos que assiste, adquire a cêrca de Cr\$ 18,00 o quilo e posta no navio dentro da cotação FOB (Frete seguro por conta do comprador) recebendo a quantia respectiva no ato do embarque, mediante carta de crédito. Da mesma maneira agem os outros exportadores como Alonso Bezerra Comércio e Indústria S. A., José Torres & Irmãos (Caico).

#### DIFICULDADES

Se o Rio Grande do Norte atualmente ainda está muito longe de explorar pelo menos um quinto de sua potencialidade mineral, principalmente no setor dos metais não ferrosos (e da scheelita em primeiro plano) mesmo assim tem a indústria extrativa em franco desenvolvimento. Mas enfrentando uma série de dificuldades, oriundas da falta de racionalização do ramo.

Os atravessadores, que apanham o produto na boca do túnel, na cabeça da banqueta, são considerados uma praga, que antes de mais nada avilta o preço no produto na área doméstica, gerando lucros exorbitantes para uns em detrimento de poucos rendimentos para outros.

A falta de conhecimentos técnicos nas escavações é outro problema. O diretor-comercial da Mineração Norteriograndense, Jaumar Pereira, diz: “O trabalho que fizemos na Mina Bonfim até agora, não poderia mais ser



Poucas empresas de mineração trabalham racionalmente, usando técnica nova.

feito, se tivesse atrasado. Porque tudo estaria aterrado. Há dezenas de minas por aí completamente soterradas, porque o garimpeiro ia cavando desordenadamente, na ânsia de entregar a pedra ao atravessador, e a jazida ia se destruindo”.

A mão de obra é precária? O dr. Marcelo Pôrto explica:

“Não temos mão de obra fixa, tanto pela natureza do trabalho como pela região onde atuamos. Nosso operário é o homem do campo, que corre para o garimpo quando falta chuva na sua terra, mas volta para a lavoura tão logo comecem a cair os primeiros pingos de um inverno que nem sempre chega”.

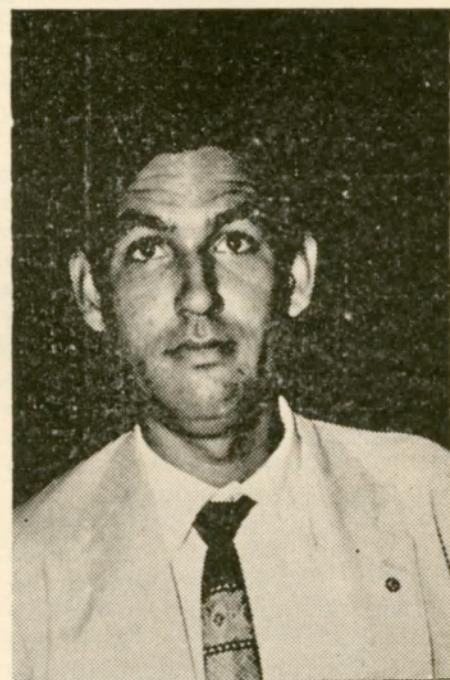
### EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

1970	Kilos	Dólares	Cruzeiros
Scheelita	1.015.000	5.210.653,78	24.028.008,25
Tantalita	13.000	97.961,74	404.451,06
Berilo	100.000	44.688,03	207.650,65
1969			
Scheelita	865.000	2.754.582,33	11.128.682,16
Berilo	45.000	19.619,17	78.165,38
1968			
Scheelita	285.000	1.149.322,60	3.946.315,59
Berilo	10.000	4.599,70	16.925,89
1967			
Scheelita	315.000	1.055.452,02	2.857.946,09
Tantalita	7.000	77.359,56	209.709,04
1966			
Scheelita	275.000	751.070,50	1.615.306,66

Fonte: CACEX (Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, chefiada pelo sr. Clidenor Jacob de Medeiros).

Edgar Ramalho Dantas:

“Em mineração,  
nossa principal  
dificuldade  
é o risco”



O Rio Grande do Norte e a Paraíba juntos possuem uma reserva de minério de tungstênio (substância extraída da scheelita) que corresponde a 1/13 das reservas mundiais e a 1/3 das do mundo ocidental. Isto foi o que ficou determinado depois de estudos realizados pela SUDEDE, em cooperação com uma missão técnica Francesa. Essa viabilidade, no entanto, poderá ser consideravelmente aumentada e os cálculos iniciais poderão até duplicar, quando o estudo for detalhado.

A opinião é do geólogo **Edgard Ramalho Dantas**, atualmente integrado no “staff” do Governador

Cortez Pereira como diretor-presidente da CASOL (Companhia de Águas e Solos do Rio Grande do Norte).

Ele considera que a principal dificuldade existente na indústria extrativa mineral, em nosso Estado (como de resto em qualquer ponto) é o fato de ser ela uma das atividades econômicas que apresentam maior risco de capital investido.

E explica: o risco se faz presente logo na primeira etapa, a da pesquisa, cuja finalidade é qualificar e quantificar as reservas exploráveis economicamente. Existe ainda o fato de frequentemente as jazidas se situa-

rem em regiões inóspitas e/ou carentes de infra-estrutura que permita o funcionamento das unidades industriais e do escoamento da produção (água, energia elétrica, estradas, portos, mão de obra qualificada, etc.). Os investimentos nessa primeira etapa tornam-se sensivelmente elevados e os estudos de caráter técnico e econômico para o setor, em nível que permita um mínimo de tranquilidade ao investidor, estão sendo efetuados no Nordeste e particularmente no Rio Grande do Norte justamente agora, a partir da cooperação SUDENE — Missão Técnica Francesa.

Tudo isto é relacionado com a scheelita e para outras substâncias minerais existentes no Estado também é fundamental que se realizem estudos semelhantes.

Uma grande ajuda no problema das prospecções está sendo dada também pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais e pela FUREME (Fundo de Pesquisa de Recursos Minerais do Nordeste). O Instituto de Geociências da Universidade Federal de Pernambuco juntamente com o Curso de Mineração da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte possibilitam a disponibilidade de mão de obra qualificada.

#### SCHEELITA ESPECIFICAMENTE

Embora a pesquisa, lavra e beneficiamento da scheelita apresentem todos os riscos da indústria extrativa mineral, há algumas particularidades com relação a esse minério, aliadas à extraordinária riqueza de algumas jazidas existentes no Rio Grande do Norte e Paraíba. O dr. **Edgard Ramalho Dantas** diz que a scheelita ocorre com mais frequência associada a uma rocha denominada escarnito (também chamada tactito) cujos principais minerais são o epidoto (de cor verde) e a granada (avermelhada). São de fácil identificação, principalmente em regiões como o Seridó, onde praticamente não existem solos capeando-as. Além do mais a scheelita possui uma fluorescência brilhante e característica a onda curta do ultravioleta, sendo facilmente identificada quando na sua pesquisa são utilizadas lâmpadas com certa radiação, como o **minera-light**. A scheelita possui ainda uma densidade bem mais elevada do que os minerais mais comuns dos escarnitos, permitindo com facilidade a sua seletiva concentração gravimétrica, mesmo através de métodos rudimentares.

#### SITUAÇÃO INCÔMODA

Mas, mesmo possuindo tantas reservas de scheelita, o Brasil atualmente se situa na posição incômoda de apenas um pequeno fornecedor do mercado europeu, nosso principal comprador. Por conta disto, nossas exportações têm de ficar condicionadas

aos preços oscilatórios determinados por produtores mais importantes (que racionalizam a sua exploração mineral através de bem montados esquemas de infra-estrutura e modernização técnica) como é o caso da região fronteira Rússia — China — Coreia e Sudeste da Ásia. Essa região, embora viva em constantes conflitos bélicos, tem capacidade suficiente para modificar os preços do produto. Mas apesar das flutuações, diz o dr. **Edgard Ramalho Dantas**, o preço tem ascendido constantemente no mercado internacional, devido à demanda efetiva apresentada nos últimos anos, motivada pela diversificação e aumento de aplicação do tungstênio.

#### O PROBLEMA LOCAL

Quando passa a falar da participação oficial (Governo Estadual) no problema da exploração mineral, o dr. **Edgard Ramalho Dantas** ressalta antes: "O Código de Mineração brasileiro regulamenta todas as etapas e atividades do setor da produção mineral, atribuindo ao Departamento Nacional da Produção Mineral essa supervisão. A necessidade de concorrência no mercado externo e interno cria problemas para a fixação de preços mínimos, como vimos acima".

Então, ele acha que a criação de uma espécie de Bolsa de Mercadorias controlada pelo Estado seria a solução ideal para a prevenção do poder público local participar da problemática. Assim como a criação de cooperativas de produção, as quais assistiria tecnicamente.

Não entra em detalhes sobre a constituição dessa possível Bolsa de Mercadorias, que, pela nomeação subtende infiltração em outros setores que não o da extração mineral.

Mas ele considera ainda outros pontos relacionados com as dificuldades e/ou situação da produção mineral no Rio Grande do Norte. O caso da mão de obra qualificada:

— "Um dos problemas básicos para a avaliação da importância do setor mineiro para o Estado é o da definição do contingente humano ligado diretamente à

produção mineral. É possível que computando o número de trabalhadores vivendo exclusivamente das minas e garimpos da scheelita, caulim, berilo, tantalita-columbita, diatomita, mármore, pedreiras de granito, cerâmicas e caieiras, se atinja cerca de 10.000 homens operando. Entretanto deve-se considerar que nos períodos de estio a mão de obra liberada das atividades agro-pastoris engrossa sensivelmente esse contingente, como ocorreu no período 1969/70. A existência de ocorrências e jazidas de outras substâncias minerais ainda não exploradas, o seu funcionamento em pesquisa, lavra ou beneficiamento, no entanto proporcionará um bom número de empregos. E mesmo considerando-se a mineração uma atividade que explora recursos não renováveis, tendo em vista o estágio e a potencialidade em que se apresenta atualmente, poder-se-á ter gradativamente um aumento no número de empregos que, a médio prazo, será o duplo ou o triplo do existente atualmente".

O problema do "atravessador":

— "Eu diria que especificamente não temos a figura tradicional do **atravessador**. O que existe na realidade são exportadores já bem ligados à estrutura de compra e venda de minérios (Alonso Bezerra, Mineração Tomaz Salustino, Brasimet, Manuel Torres) que possuem compradores experimentados que se deslocam com frequência aos centros de produção. A livre concorrência existente, aliada ao fato das exportações serem realizadas através de contratos com prazos de entrega determinados, tem, inclusive, favorecido o pequeno e médio minerador. As oscilações do preço no mercado interno são reflexo direto das oscilações do mercado externo. As diferenças de preços que existem de um minério produzido, de uma jazida para outra, são fruto da qualidade do minério e do teor metálico ou impurezas nele contidas. A inexistência de um laboratório de análises do Estado e de uma estrutura de divulgação das cotações do minério no mercado externo acarretam o favorecimento maior ao comprador bem informado do que ao pequeno e médio produtor".

# A GUERRA FRIA DA INDÚSTRIA DE SORVETES

Texto de Sebastião Carvalho

Pela natureza do nosso clima essa indústria desde muito tempo deveria estar sendo disseminada entre nós. Mas só agora ela está em fase de expansão. E já constituindo um sério campo de batalha de uma guerra onde a concorrência, embora recrudesça no terreno nacional, não deixa de existir também em bases locais.

É a indústria do sorvete. É uma "indústria fria que gosta de calor" e que sem não sobrevive, embora necessite de câmaras de refrigeração de até 35º grau abaixo de zero para poder manter os seus estoques.

Tomando a "guerra fria" dos sorvetes em bases locais, certamente para avaliá-la já nos basta ver a variedade de marcas que centenas de carrocinhas destilam pelas ruas da cidade, agora acrescidas de dois logotipos nacionalmente famosos: **Kibon** e **Maguary**, a última mais regional (é nordestina) a outra, do sul.

A coisa em Natal começou quando dois cearenses, José Gondim Jatahy e Antonio Pitombeira de Oliveira, aqui chegaram com uma enorme máquina fabricadora de sorvete e picolés e um nome para o produto que se propunham lançar num mercado até então virgem: **Big-Milk**. Adotaram um "slogan" que pegou imediatamente e fez a diferença entre o seu sorvete e os que eram vendidos em casquinhas nas esparsas sorveterias fixas. Eles disseram (e comprovaram por muito tempo) que o **Big-Milk** era "o melhor sorvete de Natal".

O pioneirismo desses dois cearenses foi logo imitado e em pouco tempo a cidade estava cheia de carrocinhas de outros sorvetes e picolés fabricados aqui mesmo, uma febre que che-

gou a fixar em mais de trinta o número de nomes apregoados pelos vendedores ambulantes.

Dessa dezena de marcas locais, a última que desapareceu foi a **ZigZag**. A **Big-Milk** continua de vento em popa e outras, cujos proprietários souberam racionalizar a produção, ainda mantêm uma posição estável, que dá para sobreviver. São a **Pig-Pong**, a **Eclin** a **Fronave**, a **Belém**.

Essas outras marcas não representam séria concorrência para a **Big-Milk**, segundo o sr. **Aildo Gibson**, gerente da **Gondim & Pitombeira Ltda**. Porque, em bases locais, atingindo um público consumidor eclético, o sorvete **Big-Milk** já se firmou como marca. Restaria a presença da **Maguary** e da **Kibon**: constituem ameaça para a marca dos cearenses, que chegaram a Natal e se instalaram em junho de 1968?

"Não — diz ainda o sr. Aildo Gibson. Porque nós temos o preço estábilizado e bem inferior aos desses concorrentes. Nossos preços de hoje são os mesmos do começo".

Eles fabricam (na rua Câmara Cascudo, 224/228, na Ribeira) quatro produtos: Picolé, Sorvete, Moreninha e Esquimó. Os sorvetes são de chocolate, ameixa, nata, creme, graviola, cajú, goiaba, mangaba e misto. O Moreninha é um sorvete com cobertura de chocolate. E o Esquimó, picolé também com cobertura de chocolate.

Os seus preços são, realmente, entre as três marcas de maior presença, os mais baratos: picolés a Cr\$ 0,20; sorvetes a Cr\$ 0,50; Moreninha Cr\$ 0,60 e Esquimó Cr\$ 0,25. Alguns produtos mais sofisticados da **Kibon** chegam a custar Cr\$ 2,00.

## O MERCADO DE SORVETE ESTÁ FICANDO QUENTE

Deixando o problema local um pouco de lado e entrando na área nacional, deparamos com uma autêntica "guerra fria" em que entram todas as conotações de um trocadilho: a **Kibon S. A.**, que detém de 60 a 70% das vendas de sorvetes no país, está sentindo a presença da **Maguary** que avança do Nordeste em busca do sul. E já tem outras concorrentes, como a **Alnasa** em São Paulo e a **Sanbra** no Rio que se propõem a sair em busca do mercado nacional, transportando seus sorvetes e picolés em caminhões frigoríficos para todos os Estados do Norte, Nordeste, Centro, etc.

Mas, em meio a esse fogo cruzado, o presidente da **Kibon S.A.**, sr. **Geoffrey Westrop**, reage com a fleugma do mais experimentado diplomata afeito às nuances de uma autêntica "guerra fria" mesmo: "Nós saudamos a concorrência, pois ela significará a introdução de novos produtos para o consumidor e a criação de novos hábitos de tomar sorvete, que beneficiarão não só os nossos competidores como também o consumidor brasileiro e a **Kibon**".

Na realidade, a **Kibon** foi a grande responsável pelo aumento de consumo do sorvete no Brasil. Uma campanha publicitária lançada pela firma ("Leve Sorvete Para Casa") incentivou o povo a tomar sorvete na sobre-mesa, imitando um hábito norte-americano e europeu.

Mas a cômoda situação da **Kibon** começou a ser perturbada pela **Maguary** (Indústrias Alimentícias **Maguary S.A.**), formada por um grupo do qual fazem

parte a Usina Central Olho D'Água e a Usina Estivas, de Pernambuco. O mercado do Nordeste, principalmente, está hoje praticamente dividido entre as duas, sem se contar com as indústrias locais das diversas capitais da região. A **Kibon** atualmente só não vende os seus sorvetes nos estados do Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Paraná e Piauí. A **Maguary** já está (afóra Pernambuco) na Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e brevemente instala representação na Bahia.

### UMA INDUSTRIA FRIA QUE GOSTA DE CALOR

Se há calor, há consumo de sorvetes, picolés e artigos derivados. E a tendência do consumo é aumentar. A **Big-Milk** segundo o sr. José Gondim Jatahy, escôa tóda a sua produção diária, que ele não quiz precisar mas que admite ser o duplo do que, por exemplo, vendem as suas duas maiores concorrentes. A **Kibon** — informa o sr. Carlos Furtado, gerente local da firma Machado & Cia., que distribui o produto para o Nordeste — vende uma média de 20.000 unidades por semana, o mesmo ocorrendo com a **Maguary**. As vendas são oscilatórias, dependendo sempre do tempo. Sorvete é uma espécie de indústria sazonal. Se chove ninguém se aproxima da carrocinha, mas no dia seguinte com a chegada do sol as vendas podem triplicar a de um dia normal.

Trata-se também de um produto que não sofre deteriorização. As enormes câmaras frigoríficas instaladas no depósito da **Kibon** (Avenida Rio Branco, Ribeira) da **Maguary** (Rua Presidente Quaresma, Alecrim) ou da **Big-Milk**, podem conservar até durante um mês o produto estocado. No caso da **Big-Milk** isto não ocorre, diz o outro sócio da firma, sr. Antonio Pitombeira de Oliveira, porque toda a produção diária sai imediatamente da fábrica, seja nas 30 carrocinhas que vão para as ruas seja para os 30 postos de venda, onde estão instaladas conservadoras dos diversos tipos de seus produtos. Essas conservadoras estão em lojas, mercearias, padarias, casas de lanche, colégios, etc.

A mesma coisa ocorre com a **Kibon** e a **Maguary**, com a diferença de que nessas duas há necessidade de estocar, porque os carros frigoríficos que transpor-

tam o produto quando muito fazem duas viagens por semana entre Recife e Natal. Um caminhão-frigorífico da **Maguary**, por exemplo, em cada viagem traz sete toneladas de sorvete e picolés, inclusive latões com o produto destinado à venda de casquinhas. Se ele chega aqui e está chovendo, então tudo vai para as câmaras de temperatura de até 30º grau abaixo de Zero. Outras câmaras (de até 35º graus são utilizadas para a conservação (esfriamento) de placas que são colocadas nas carrocinhas, e que nessas estabilizam a temperatura o suficiente para conservar o produto, enquanto o vendedor anda pela rua, abrindo e fechando o depósito.

### CONCORRÊNCIA É BOM GERA MAIS EMPREGOS

A presença de duas firmas de fora explorando o ramo dos sorvetes em Natal e mais a fixação do grupo de Fortaleza em nossa capital ocasionou um mercado de emprego que, embora não muito grande, não deixa de ser significativo. Mais de cem empregos surgiram com as vendas de sorvetes nas ruas, com a abertura de escritórios, com a fabricação do produto. A **Kibon** dá trabalho a cerca de 30 pessoas, o mesmo ocorrendo com a **Maguary**. A **Big-Milk**, por causa da fábrica, utiliza serviços de cerca de 45 pessoas. Nos três casos, estão incluídos os carroceiros, vendedores ambulantes, que constituem pessoal transitório, mas que sempre está aumentando, de acordo com a expansão dos negócios.

Agora as três marcas principais partem para o interior do Rio Grande do Norte. O sr **Hélio Segundo**, comerciante do ramo de discos e materiais sonoros em geral, começou instalando uma conservadora da **Maguary** em sua loja da avenida João Pessoa, ponto de reunião da turma jovem, que ali busca as novidades discófilas. Abriu uma loja em Mossoró e para lá já levou mais duas conservadoras: uma da **Maguary** e outra da **Kibon**. No seu caso a concorrência das marcas não conta, mesmo porque Mossoró é ainda um mercado quase virgem no ramo. Ele está se dando bem, e o sr. **Fernando José de Souza Paraíso** (da firma **Mopar Representação, Comércio, Conta Própria e Transportes**, que distribui a **Maguary**

entre nós) disse que só do seu produto a **Helison** vende em Mossoró uma média de 3.600 unidades por semana.

Essas duas marcas estão somente em Mossoró, quando se fala em "interiorização das vendas". Mas estudam a instalação para breve de conservadoras nas cidades vizinhas da capital e em seguida irão rumo ao Seridó, partindo de Tangará e passando por Santa Cruz, Currais Novos, Acari, Jardim do Seridó, Caicó.

A **Big-Milk**, no entanto, já se integrou no interior. Já tem conservadoras em Ceará-Mirim, Macaíba e Parnamirim. Fez uma experiência inter-estadual (João Pessoa) mas desistiu. E partirá também em busca das regiões mais quentes do Estado: o Oeste (Mossoró e cidades vizinhas) e Seridó (Caicó e adjacências).

### SORVETE PARA MATAR SÊDE OU ALIMENTAR

O hábito de tomar sorvete hoje em dia é incentivado pelas produtoras de maneira diferente de outrora. Sorvete hoje não é apenas para matar a sede. É também alimento. Usando leite pasteurizado e frutas regionais, a **Kibon**, a **Maguary** e a **Big-Milk** apresentam seus produtos como sucedâneos de lanches ligeiros. E a variedade de tipos bem demonstra essa preocupação.

A **Kibon** fabrica sorvetes em copos (de frutas, de nata, de creme) e para casquinhas; tijolinhos, eskibon, kicrocante, latas domésticas, kifesta e picolés diversos.

A **Maguary** entrega ao consumo sorvetes de maracujá, cajá, abacaxi, goiaba, mangaba, morango, limão, manga, tamarindo, baunilha, creme, nata, leite e chocolate. Tijolinhos de algumas dessas frutas (as que dão suco) e picolés de outras tantas.

A **Big-Milk** supre o mercado com sorvetes e picolés de chocolate, ameixa, nata, creme, graviola, cajú, goiaba, mangaba e misto.

E duas delas ainda estão se dando à sotisticação de lançar produtos dietéticos: a **Big-Milk** vai repetir a experiência que fez em Fortaleza (onde fabrica o **Milk-Moni**) com o lançamento de sorvetes para diabéticos. O mesmo ocorrerá com a **Kibon**, que já está preparando o mercado para isto. Sorvete sem açúcar, adoçado artificialmente. E sem ciclamatos, é claro!

# Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A

## - BANCOFERN -

CARTA PATENTE N. 1 — 338  
CGC — M. F. 08328247  
Rua Mossoró, 359 — Natal — RN

### RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vv. Ss. o Balanço Patrimonial e o movimento da Conta "Lucros e Perdas" referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970 acompanhados do respectivo parecer do Conselho Fiscal.

A transformação da COFERN — Companhia de Fomento Econômico do Rio Grande do Norte — em Banco de Desenvolvimento, em Assembléia Geral Extraordinária, de 04 de agosto de 1970, marcou evidentemente, durante o exercício mencionado, uma nova etapa da política de desenvolvimento do Governo do Estado, visando a maior atração de recursos para a nossa economia. De fato, essa transformação foi efetuada de acordo com o disposto na Lei Estadual n. 3.800, de 26 de dezembro de 1969, após estudos das opções apresentadas à administração estadual pelo Banco Central do Brasil.

Nessa Assembléia, foi aprovado, por unanimidade, o Balanço realizado em 03 de agosto de 1970, com vistas à fixação da real situação financeira e patrimonial da COFERN — quando de sua transformação em Banco de Desenvolvimento, oportunidade em que se observou um lucro de Cr\$ 283.651,90 (duzentos e oitenta e três mil seiscientos e cinquenta e hum cruzeiros e noventa centavos), posto à disposição da Assembléia Geral e posteriormente, destinado a constituição do Fundo de Reserva para futuros aumentos de capitais.

Os Trabalhos para a implantação definitiva do Banco do Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BANCOFERN, iniciados logo em seguida à Assembléia de 04 de agosto de 1970, mereceram de sua Diretoria persistentes diárias atenções, no tocante ao preparo da documentação exigida oficialmente, como a reformulação da estrutura administrativa da Sociedade, atendendo assim às determinações contidas na Resolução n. 93, do Banco Central do Brasil.

Deste modo, o Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BANCOFERN teve iniciada a sua razão social com um capital, totalmente integralizado, de Cr\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), o que lhe proporciona evidentes condições de realizar os objetivos de promoção do desenvolvimento socio econômico do Estado.

Ainda nessa fase inicial de implantação e organização, que mereceu a incansável dedicação de sua Diretoria, o Banco Central do Brasil aprovou toda a documentação remetida e conferiu ao BANCOFERN a Carta Patente n. I-338, expedida em 31 de setembro de 1970.

O Balanço encerrado em 31 de dezembro de 1970 registra um total de Cr\$ 69.035,27 (sessenta e nove mil e trinta e cinco cruzeiros e vinte e sete centavos), referente às despesas efetuadas com a instalação do BANCOFERN,

no período compreendido entre setembro e dezembro, parcela contabilizada em rubrica de imobilização para futuras amortizações.

Nesse Balanço, verificamos a receita de Cr\$ 61.146,22 (sessenta e hum mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e vinte e dois centavos), do Centro de Processamento de Dados (proveniente de serviços prestados a órgãos estaduais), o que propicia ao BANCOFERN um lucro líquido de Cr\$ ... 2.669,61 (dois mil, seiscientos e sessenta e nove cruzeiros e sessenta e hum centavos) o qual fica à disposição da Assembléia Geral para a destinação conveniente. Ressaltamos que o BANCOFERN, no Balanço encerrado em 31 de dezembro de 1970, dispõe de Cr\$ 283.651,90 (duzentos e oitenta e três mil, seiscientos e cinquenta e hum cruzeiros e noventa centavos) para futuros aumentos de capital.

Observamos também, no Balanço em referência, que as aplicações nos setores da RIONORTE, alcançam um total de Cr\$ 2.930.816,00 (dois milhões, novecentos e trinta mil, oitocentos e dezessets cruzeiros). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 1970, essas aplicações atingiram um montante de Cr\$ 903.458,00 (novecentos e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito cruzeiros).

Esclarecemos que os órgãos componentes da estrutura administrativa do BANCOFERN, tecnicamente divididos em setores que possibilitarão à diretoria definir e estabelecer Planos de Trabalho à altura da importância da Sociedade e de seus objetivos, já possuem condições de incrementar suas atividades e iniciar a fase operacional correspondente às exigências do desenvolvimento, da melhoria da produtividade e da identificação de novas oportunidades de investimento na economia do Estado.

Para isso, durante a fase de implantação e organização do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BANCOFERN, diversos técnicos foram enviados a estágios e cursos, numa forma de aperfeiçoar ainda mais a nossa equipe técnica e de incentivar a sua capacidade de trabalho.

Com o início da fase operacional do BANCOFERN, cremos que o Rio Grande do Norte conseguirá superar grande parte das deficiências de sua economia podendo transformar-se, em breve futuro, num Estado de maior estabilidade econômica e social.

Com esses propósitos, colocamo-nos à disposição de Vv. Ss. para quaisquer outros esclarecimentos que venham a ser solicitados.

Natal, 29 de Janeiro de 1971.

HÊNIO LUIZ DE FREITAS MELO  
Diretor Presidente  
GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA  
Diretor Técnico  
HERBET PINHEIRO DE MOURA  
Diretor Administrativo

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1970

#### A T I V O

##### 0—DISPONÍVEL

0.00—CAIXA .....	25.770,65	
0.02—BANCOS C/DEPÓSITOS .....	282.856,73	308.627,38

##### 2—REALIZAVEL

2.00—RIONORTE — DEPÓSITOS PARA OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTOS		
2.00.000—Indústria .....	2.159.910,00	
002—Agropecuária .....	755.906,00	
006—Hotéis e Turismo .....	15.000,00	2.930.816,00
2.02—PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS		
2.02.000—Empresas Bancárias .....	50.000,00	
002—Empresas Industriais .....	371.620,00	421.620,00
2.06—VALORES MOBILIARIOS		
2.06.000—Letras de Câmbio .....	180.249,64	180.249,64



2.20—DEPARTAMENTO NO PAIS			
2.20.000—Escritório de Recife — C/Movimento	1.154,55	1.154,55	
2.24—DEVEDORES DIVERSOS			
2.24.002—Pessoal	600,00		
004—Assessoria de Planejamento	5.526,00		
004—Secretaria de Finanças	142.661,74	148.787,74	3.682.627,83
4—IMOBILIZADO			
4.00—IMÓVEIS DE USO			
4.00.000—Edifício-Sede	100.000,00	100.000,00	
4.04—BENS MÓVEIS			
4.04.000—Máquinas	2.610,00		
002—Móveis e Utensílios	87.571,13		
004—Veículos	89.566,87	179.748,00	
406—INSTALAÇÕES			
4.06.000—Sede	38.523,60		
002—Escritório de Recife	34.854,40		
004—Centro de Processamento de Dados	4.120,26	77.498,26	
4.20—ALMOXARIFADO			
4.20.004—Material de Expediente	805,00	805,00	
4.22—INSTALAÇÃO DA SOCIEDADE			
4.22.000—Projeto BANCOFERN	47.500,00		
004—Assistência Técnica	500,00		
006—Assessoria Jurídica	1.000,00		
022—Serviços não Qualificados	2.192,00		
026—Encargos Sociais	7.564,38		
040—Passagens	1.874,80		
042—Diárias	860,00		
046—Manutenção e Conservação de Veículos	1.125,54		
048—Correspondência e Comunicações	360,33		
060—Livros e Material de Expediente	946,55		
064—Anúncios e Divulgações	1.240,00		
080—Despesas Diversas	3.871,67	69.035,27	
4.26—PARTICIPAÇÃO SOCIETARIA			
4.26.000—RIONORTE — Subsidiária	1.598.410,00	1.598.410,00	2.025.496,53
7—DE RESULTADOS PENDENTE			
6.00—INCENTIVO A EMPREENDIMENTOS PRIVADOS			
6.00.000—Mineração Tomaz Salustino	20.000,00	20.000,00	20.000,00
8—DE COMPENSAÇÃO			6.067.751,84
8.02—AÇÕES CAUCIONADAS		450,00	
8.06—SERVIÇOS TÉCNICOS CONTRATADOS		70.000,00	
8.08—PUBLICIDADE CONTRATADA		29.800,00	100.250,00
			6.137.001,84

## P A S S I V O

1—NAO EXIGIVEL			
1.01—CAPITAL			
1.01.001—Governo do Estado do R.G.N.	5.496.940,00		
005—Particulares	5.060,00	5.500.000,00	
1.05—RESERVAS			
1.05.001—Reserva Legal	20.291,80		
003—Reserva para Aumento de Capital	283.651,90	303.943,70	
1.07—FUNDOS			
1.07.001—Fundo de Depreciação	66.083,73		
003—Fundo de Amortização	21.526,54	87.610,27	5.891.553,91
5—DE RESULTADO PENDENTE			
5.11—LUCRO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL		2.536,13	
5.13—RECEITAS EM SUSPENSO		142.661,74	145.197,87
SUB TOTAL			6.036.751,84
7—DE COMPENSAÇÃO			
7.03—CAUÇÃO DA DIRETORIA		450,00	
7.07—CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS		70.000,00	
7.09—CONTRATOS DE PUBLICIDADE		29.800,00	100.250,00
			6.137.001,84

Demonstração da Conta "9.01 — Lucros e Perdas" em 31 de  
Dezembro de 1970

## — D E B Í T O —

6—DESPESAS ADMINISTRATIVAS (FEPRO)			
6.06.000—Órgãos Sociais			
6.06.000.00—Honorários da Diretoria	39.875,00		
04—Passagens	2.565,00		
06—Diárias	200,00		
08—Ajudas de Custos	6.465,00		
20—Honorários do Conselho Fiscal	150,00	49.255,00	

6.06.002—Pessoal			
6.06.002.00—Ordenados	185.241,77		
06—13.º Salário	41.163,05		
08—Serviços Extraordinários	321,00		
22—Quadro Auxiliar-Pessoal de Outras Entidades	12.640,00		
26—Serviços de Terceiros	4.490,00		
40—Diárias	5.382,50		
42—Ajuda de Custo	4.150,00		
44—Seleção e Treinamento de Pessoal	642,90		
46—Cursos e Bólsa de Estudos	2.746,80		
48—Despesas Diversas	400,00	257.778,02	
6.20—MANUTENÇÃO DO ESCRITÓRIO DE RECIFE (FEPRO)			
6.20.000—Ordenados	20.940,00		
006—13.º Salário	3.750,00		
020—Serviços de Terceiros	1.850,00		
026—Diárias	80,00		
040—Aluguéis	5.358,00		
044—Luz e Telefone	1.939,86		
046—Correspondência e Comunicações	538,34		
048—Material de Expediente	351,10		
060—Limpeza Manutenção e Reparos	5,00		
062—Despesas Diversas	673,14	25.485,84	
6.24—CUSTEIO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS (FEPRO)			
6.24.002—Pessoal Auxiliar	19.083,27		
024—Serviços de Terceiros	840,00	19.923,27	
6.28—ENCARGOS SOCIAIS (FEPRO)			
6.28.000—Previdência Social	26.861,72		
002—Fundo de Garantia de Tempo de Serviço	14.931,46		
004—Seguro de Acidente de Trabalho	3.064,27	54.857,45	
6.60—DESPESAS PATRIMONIAIS (FEPRO)			
6.60.000—Seguro de Bens	3.479,74		
002—Conservação de Bens Móveis e Imóveis	1.326,70		
040—Estudos Especiais	20.000,00	24.806,44	
6.64—ENCARGOS DIVERSOS			
6.64.000—Água e Saneamento	141,00		
002—Energia e Telefone	1.516,67		
004—Material de Limpeza	134,82		
006—Material de Expediente	4.180,05		
008—Manutenção de Veículos	10.986,24		
020—Correspondência e Comunicações	1.026,45		
022—Periódicos e Publicações Técnicas	134,40		
024—Anúncios e Divulgações	5.476,20		
026—Filiação a Órgãos de Classe	4.800,00		
028—Promoções e Propaganda	9.018,00		
040—Despesas Diversas	3.580,93	40.994,76	483.100,78
6.22—CUSTEIO DO CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS			
6.22.000—Locação de Bens —IBM	52.266,00		
002—Material de Operações	1.882,55	54.148,55	
6.48—DESPESAS PATRIMONIAIS			
6.48.000—Seguro de Bens	568,75		
004—Depreciações	18.402,84	18.971,59	
6.62—ENCARGOS DIVERSOS			
6.62.000—Água e Saneamento	31,50		
022—Periódicos e Publicações Técnicas	584,00		
026—Filiação a Órgãos de Classe	760,00		
042—Estudos e Pesquisas	5.070,30	6.045,80	79.165,94
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO			
1.05—RESERVAS			
1.05.001—Reserva Legal			
5%do Lucro Líquido, conforme estatutos		133,48	
5.11—LUCRO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL		2.536,13	2.669,61
			564.936,31

— C R É D I T O —

5.01—RECEITA DE CONVENIOS			
5.01.001—Fundo de Expansão da Produção		483.100,78	
5.05—CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS — C/RECEITA			
5.05.001—Receita de Prestação de Serviços		61.146,22	
5.07—RECEITAS PATRIMONIAIS			
5.07.001—Dividendos	658,57		
007—Correção Monetária de títulos	19.636,40		
015—Receitas Eventuais	224,36	20.689,33	564.936,33

NATAL, 31 DE DEZEMBRO DE 1970

**HÊNIO LUIZ DE FREITAS MELO**  
Diretor Presidente  
**HERBERT PINHEIRO DE MOURA**  
Diretor Administrativo

**GETÚLIO ALVES DA NÓBREGA**  
Diretor Técnico  
**GILENO FERNANDES VILLAR**  
T. C. Reg. no CRC/RN, n. 927

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A — BANCOFERN, os dois primeiros — efetivos e o último, suplente, após apurado exame em todas as contas, documentos, livros, balanço encerrado em 31 de dezembro de 1970 e demonstração da conta "Lucros e Perdas" deste Banco, pronunciamos-nos favoravelmente no tocante à sua legalidade e proclamamos que as referidas

contas se encontram em condições de receber a devida aprovação dos senhores acionistas.  
É o nosso parecer.

Natal, 29 de Janeiro de 1971

**ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO**  
**OLACILDIO XIMENES JALES**  
**EDSON LEMOS DE LUCENA**

# Mudou sistema de aplicação nos arts. 34/18: eis a nova forma.

A SUDENE já divulgou as novas normas de dedução do Imposto de Renda para fins de investimento no Nordeste, através da Portaria nº 187/70, que disciplina o assunto em 18 artigos.

As guias de recolhimento serão emitidas em sete vias, contendo o seu número e destino impressos na margem inferior do formulário, enquanto as agências do Banco do Nordeste, Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e bancos autorizados, remeterão à SUDENE, mensalmente a relação dos depósitos recebidos no mês.

Após efetivado o recolhimento dos recursos na forma estabelecida, a pessoa jurídica depositante fará, diretamente, a sua incorporação ao patrimônio da empresa beneficiária. A incorporação de cada parcela dos recursos deduzidos para fins de aplicação em projetos aprovados pela SUDENE só pode ser feita 60 dias após o seu recolhimento.

## APLICAÇÃO NO 34/18

O artigo 6º tem a seguinte redação: Para aplicação dos recursos derivados dos Artigos 34/18, deverá a pessoa jurídica depositante apresentar à empresa beneficiária, juntamente com os Comprovantes de Depósito Bancário, Carta de Opção-Procuração, em duas vias.

§ 1º — A carta de Opção-Procuração referida no "caput" deste artigo constituirá formulário padronizado segundo modelo e será emitido pela pessoa jurídica depositante, por exercício e em 4 vias, recebendo as diversas

vias os seguintes destinos: 1.ª via e 2.ª via — Empresa Beneficiária; 3.ª via — Procurador; 4.ª via — Pessoa Jurídica Depositante.

§ 2º — A empresa beneficiária fica obrigada a manter em seus arquivos a 2.ª via da Carta de Opção-Procuração, juntamente com os respectivos Comprovantes de Depósito Bancário.

§ 3º — A SUDENE poderá exigir da empresa beneficiária, a qualquer momento, a apresentação da Carta de Opção-Procuração, acompanhada dos Comprovantes de Depósitos Bancário, para fins de verificação e controle.

§ 4º — Além dos documentos mencionados no "caput" deste artigo, poderá a empresa beneficiária, "ad cautelam", solicitar da empresa depositante outros documentos que julgar convenientes.

## ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Será de inteira responsabilidade das empresas beneficiárias a análise da documentação apresentada pelas empresas depositantes, devendo se fazer as seguintes verificações: exatidão da razão social; prazo para aplicação dos recursos após o recolhimento; confronto de comprovantes de Depósito Bancário com os correspondentes Cartas de Opção-Procuração, bem como o preenchimento e exatidão de todos os demais dados contidos nas mesmas; constatação de que os depósitos foram feitos no Banco do Nordeste, Banco do

Brasil, Caixa Econômica ou bancos autorizados; inexistência de rasuras nos documentos apresentados; legalidade de representação do procurador da empresa depositante junto à beneficiária, para fins de assinatura do Boletim de Subscrição, ou outros documentos na forma estabelecida no artigo 6º; indicação, pela empresa depositante, da modalidade de aplicação no documento referido no artigo 6º.

## DIVERSAS APLICAÇÕES

Quando os recursos deduzidos pela própria empresa beneficiária forem aplicados sob a forma de reinvestimento, os valores correspondentes poderão ser incorporados imediatamente ao seu capital social, ou, à sua opção, deverão ser registrados em conta especial do passivo não exigível para oportuna incorporação. Ocorrendo a opção pelo lançamento contábil para futura incorporação ao capital social a empresa beneficiária enviará à SUDENE documento que comprove o lançamento efetuado, para fins de transferência e liberação dos recursos referidos.

Quando a aplicação dos recursos deduzidos for efetuada sob a forma de crédito, a empresa beneficiária, com base nos Comprovantes de Depósito Bancário, fará proceder a lavratura dos respectivos contratos e correspondentes lançamentos em sua contabilidade.

As empresas beneficiárias limitarão as incorporações de recursos dos artigos 34 e 18 sob a forma de capital ou sob a forma de crédito, até 8 vezes ao ano, independentemente da forma de aplicação, salvo casos excepcionais, devidamente justificados e a critério da Secretaria Executiva da SUDENE.

A aplicação sob a forma de crédito não poderá ultrapassar a 1/3 do montante dos recursos dos artigos 34 e 18 previsto para o projeto. Tratando-se de empresa beneficiária constituída sob a forma diversa da Sociedade Anônima de capital subscrito ou autorizado, ou, ainda, comprovada a impossibilidade ou dificuldade de aplicação de recursos sob a forma de capital, poderá a Secretaria Executiva da SUDENE autorizar a absorção sob a modalidade de crédito além do limite fixado.



# GOVERNADOR:

**nosso desejo é que,  
daqui a quatro anos V.Exa.  
seja ainda mais festejado  
do que agora.**

Isso significará a realização de uma grande obra administrativa, que temos como certa e para a qual oferecemos nosso apoio e colaboração.



## Grupo Financeiro Campina Grande

Banco Industrial de  
Campina Grande S.A.

Banco Campina Grande  
de Investimento S.A.

Campina Grande S.A.  
Crédito, Financiamento e Investimentos

Campina Grande  
Companhia de Seguros Gerais

# Falta pouco: quem quiser telefone, terá!

O sistema telefônico de Natal, até junho de 1972, estará totalmente modernizado e com dupla capacidade. O natalense será beneficiado com a instalação de uma nova central, mudança de toda a cabeção aérea e subterrânea e ainda a substituição dos seus telefones velhos por aparelhos novos e modernos.

Já foi assinado o contrato entre Governo do Estado do Rio Grande do Norte, através de sua **Companhia Telefônica (TELERN)** e a **NEC do Brasil (Nippon Electric Company, Limited)**, para aquisição de uma nova central telefônica com capacidade de até 10 mil aparelhos dos quais no momento serão instalados apenas 4 mil terminais automáticos, cujo plano de viabilidade já foi aprovado pelo Ministério das Telecomunicações.

## O NOVO SISTEMA

A Central Telefônica de Natal funcionará com o Sistema de Comutação de Barras Cruzadas NC 400, com sinalização MFC. É um equipamento de controle comum, usando comutadores de barras, cruzadas, que em comparação com os comutadores convencionais, tem um tempo mais longo de duração, menor ruído e tempo mais rápido de operação e desoperação.

Entre as vantagens: mudança das linhas de assinantes para outras posições terminais de assinante não requer troca correspondente do número na lista; tem maior flexibilidade em relação à introdução de novos serviços; o sistema de gravação automática detalhada de falhas é adotado, além de outros detalhes técnicos.

O sistema terá um serviço de respostas automáticas, que o assinante poderá ter no momento que desejar, como por exemplo, discando o número 130 — hora certa; 131 — previsão do tempo; 134 — recados; 136 — farmácias

de plantão; 139 — programação cinematográfica.

## PREÇOS DE TELEFONE:

O sr. **Luiz G. M. Bezerra**, ex-diretor-presidente da **TELERN** informou que dos quatro mil telefones que serão instalados em 1972, cerca de 3.800 já foram vendidos, sendo dois mil para os antigos usuários, 1.800 para novos assinantes, enquanto que os 200 restantes poderão ser adquiridos pelas repartições públicas.

O preço do telefone de acordo com portaria 911/70 do **DEN-TEL**, obedece a seguinte tabela:

Residencial — Cr\$ 2.420,00 —  
Não residencial — Cr\$ 2.530,00 —  
Atuais usuários — Cr\$ ... ..  
1.000,00.

## CRÉDITO DE CONFIANÇA

Para lançar os novos telefones, a **TELERN** procurou vencer um ponto negativo — as campanhas de novos telefones, inclusive pagos, mas nunca instalados no tempo da Companhia Força e Luz. Contudo, segundo o Sr. **Luiz G. M. Bezerra**, tudo foi superado e desde o primeiro minuto da campanha, o Governo do Estado esteve presente incentivando a **TELERN** a ampliar sua rede telefônica em Natal.

Apenas um impasse foi criado com as novas tarifas do **DEN-TEL**: o atual usuário paga Cr\$ 1.000,00, divididos em trinta prestações de Cr\$ 33,00, sendo que a última será acrescida a parcela de Cr\$ 10,00 restantes.

A população mais uma vez deu crédito de confiança ao serviço de telefones, sendo que dos 2.000 assinantes, 1.796 já pagam esta diferença na rede bancária ou nos guichês da companhia.

## NÓVO CONTRATO

O contrato entre **NEC do Brasil** e **TELERN** é firmado com base na moeda nacional, estimado aproximadamente em 5 milhões

de cruzeiros, para instalação do maquinário e seu funcionamento. Esclareceu o ex-presidente da **TELERN** que este preço corresponde à proposta original em 1969, com os reajustes normais de lei, baseado nos índices da **Fundação Getúlio Vargas** e os novos equipamentos exigidos pela **EMBRATEL**, para um escoamento de tráfego à altura dos dias atuais.

A **TELERN** solicitou ainda a **NEC**, para que durante um prazo de 18 meses, depois da instalação, fôsse decidido a aquisição de mais quatro mil aparelhos, cujo preço seria o fixado em 1969, acrescido apenas dos reajustes normais, possibilitando ao usuário no futuro ter um telefone mais barato.

## MUDANÇA DA REDE TELEFÔNICA

Paralelamente, a **TELERN** vai mudar toda a rede de cabos da cidade — aérea e subterrânea cuja concorrência foi vencida pela **Lacaze & Pizão**, de São Paulo, já tendo iniciado os estudos, promovendo uma revisão na planta de Natal, localizando os antigos e futuros usuários. Este serviço possibilitou também uma revisão no quantitativo para aquisição de cabos e fios às firmas vencedoras, **Pirelli** e **Fi-cap**. O prazo para a mudança da rede de cabos e fios é de 12 meses.

Com relação a sede da Central Telefônica de Natal, o prédio foi inaugurado na última semana do governo do **Monsenhor Walfredo Gurgel**, sendo que a partir daquela data, é que a **NEC** começou a transferir todo o equipamento para Natal.

Os telefones de Natal terão cinco números de discagem e podem se interligar ao sistema da **EMBRATEL**, pelo **DDD (Discagem Direta à Distância)**, ou seja, o assinante pode chamar de sua casa para São Paulo, Rio, Recife, ou outras grandes cidades.

# Fatos que valeram notícia

## A POSSE DE CORTEZ

Nos dias 14, 15 e 16 de março a imprensa do Rio Grande do Norte teve um único assunto de importância em seu noticiário: os preparativos da posse do Governador Cortez Pereira, a transmissão de cargo pelo monsenhor Walfredo Gurgel e os primeiros atos e palavras do novo governante. A exceção do jornal "Tribuna do Norte", nenhum órgão opinou sobre o acontecimento, havendo apenas o relato simples dos fatos ocorridos. Nos comentários do jornal da oposição, "um dispositivo de pressão política" estaria montado para forçar o sr. Cortez Pereira a aproveitar no seu secretariado vários candidatos a cargos eletivos que foram derrotados a 15 de novembro.

## A VISITA DO Gal. EVANDRO

O Superintendente da SUDENE, general Evandro de Souza Lima, veio ao Rio Grande do Norte no dia 2 de março, para ver o problema da seca, que até então castigava o Estado. O general, ao chegar a Natal, dirigiu-se para o 3.º Batalhão de Engenharia, onde reuniu os responsáveis pelos órgãos executores dos programas de "frentes de trabalho" no Interior. Na ocasião, ficou decidida a desmobilização das "frentes" até o dia 15 de abril, caso viesse a se concretizar o início das chuvas.

## AS SEMENTES PARA SAFRA/71

No dia 3 de março, o Presidente da Cia. de Fomento Agrícola Norterio-grandense (COFAN), sr. José Cavalcanti Melo, declarou ao "Diário de Natal": "A COFAN está aparelhada e abastecida para atender aos agricultores do Estado, principalmente com sementes de algodão arbóreo e milho asteca. Este ano já triplicamos a venda de sementes do ano passado e estamos em condições de atender a todos".

## A VISITA DE ANDREAZZA

Toda a imprensa registrou no dia 5 de março a vinda ao Rio Grande do Norte do Ministro dos Transportes, cel. Mário Andrezza, que inaugurou o trecho da rodovia BR-226, ligando Jardim do Seridó-Acarí-Currais Novos. Na ocasião, o Ministro manteve encontro com o professor Cortez Pereira, quando prometeu apoio do Ministério dos Transportes

para a construção do trecho final da rodovia RN-4, ligando Macau a João Câmara por asfalto.

## A VISITA DE ROBERTO MÉDICI

A "Tribuna do Norte" publicou no dia 6 reportagem sobre a presença do filho do Presidente da República e seu Secretário Particular, sr. Roberto Médici, em Natal, acompanhado dos coronéis Manso Neto e Etchegoyen, e do conselheiro Leite Ribeiro, todos da Assessoria do Presidente. A finalidade da visita foi motivo de muitas especulações e quase nada transpirou, exceto que o sr. Roberto Médici teve entrevista demorada com o Chefe do Escritório da SUDENE em Natal, sr. Rômulo Xavier Barbosa, sobre problemas da seca de 1970.

## A POSSE DE UBIATAN

A posse do Prefeito Ubiratan Galvão foi noticiada nas edições dos dias 18 e 19 de março dos jornais da cidade. Deu-se especial cobertura à sua primeira entrevista como Prefeito, quando anunciou medidas para a solução de graves problemas urbanos, tais como a proliferação de buracos e a ausência de limpeza pública. A "Tribuna do Norte", em sua coluna política, deu um crédito de confiança ao novo administrador do município, ao mesmo tempo em que desfechou se-

veras críticas ao ex-Prefeito Ernani Silveira.

## AS CHUVAS ARTIFICIAIS

Quando ainda não era definida a situação do inverno, vários deputados estaduais, tendo à frente o líder do MDB, sr. Garibaldi Filho, se movimentaram junto ao Governo do Estado e Ministério da Aeronáutica, reivindicando a execução de um programa de provocação de chuvas artificiais. O assunto chegou mesmo a ser levada à reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, mas não chegou a ser decidido, em virtude da mudança do clima.

## O DIA DA REVOLUÇÃO

No dia 31 de março, os jornais se voltaram para a cobertura dos acontecimentos correlacionados com a passagem do 7º aniversário da Revolução. A palestra do general Meira Mattos (no 3º BEC), a abertura dos trabalhos legislativos da 7.ª Legislatura do Poder Legislativo Estadual, a primeira Mensagem do Governador Cortez Pereira à Assembléia e o pronunciamento que o Chefe do Governo fez ao povo, foram os principais fatos noticiados. Mais uma vez a "Tribuna do Norte" fez comentário de um acontecimento, achando que os projetos do Governador Cortez Pereira não tiveram o "impacto" que se anunciava.

HOSPEDE-SE NO

"CORACÃO DA CIDADE"

O HOTEL NATAL



ESTÁ  
PERTO  
DE TUDO  
OFERECENDO  
CONFORTO.  
APARTAMENTOS  
COM BANHO  
E TELEFONE

**HOTEL NATAL**

AV. RIO BRANCO, N.º 740

Telef.: 2108 - End. Teleg. CONFORTO

UM EMPREENDIMENTO HABIB CHALITA

# DESCULPE, GOVERNADOR, MAS, NOSSA MISSÃO É DIVIDIR!

*Mesmo concordando em tudo com o ponto de vista de V. Exa., pela união do Rio Grande do Norte em favor do desenvolvimento, esperamos atingir o mesmo objetivo por meios diferentes.*

*Nossa missão é dividir. É fazer divisões que garantem maior rendimento do trabalho, maior crescimento das empresas, o nosso desenvolvimento, enfim.*

*Fazemos divisões com montantes em alumínio anodizado. Divisões METALPLAC.*

*O representante da METALPLAC sabe valorizar a decoração de sua empresa, fábrica, escola ou escritório.*

*Não se preocupe com o pagamento. METALPLAC divide até o pagamento.*

*É tempo de dividir para crescer!*



**METALPLAC**

*Metalúrgica do Nordeste Ltda.*

*Rua Pe. João Damasceno, 4 (esquina com a Av. Sen. Salgado Filho) Natal — Rio Grande do Norte*

